

Por que o PT votou “não”

pág. 3

OUTUBRO N.º 39 Cz\$ 130,00

PT BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Exércitos fazem acordo contra “subversão”

pág. 6

Gabriela é TV no ar

pág. 15



Roberto Parzotti

Os avanços da CUT

O 3.º Concut marcou um passo à frente na organização da Central Única dos Trabalhadores. Veja quais foram suas resoluções e quem é a nova direção da entidade

págs. 10, 11 e 12

O novo (e mau) acordo da dívida?

Os credores externos do Brasil exultaram com o novo acordo da dívida, firmado com o ministro Mailson da Nóbrega. O governo Sarney reconheceu o valor integral da dívida e se comprometeu a pagar a totalidade dos juros e a iniciar o pagamento das amortizações já em 1991. Os banqueiros também obtiveram a vantagem de converter parte de seus títulos da dívida em investimentos diretos no país, sem qualquer desconto do valor oficialmente registrado.

pág. 9

As falcatruas de Barbalho

O ministro Jáder Barbalho, quando ocupou a chefia do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária (Mirad), “converteu aquele organismo num movimentado escritório de transações imobiliárias”. A denúncia foi feita pelo deputado federal e presidente nacional do PT, Olívio Dutra, durante pronunciamento na Câmara, quando apresentou um dossiê com provas de que Barbalho autorizou desapropriações de terras pagando por elas valores acima do mercado.

pág. 8



Roberto Parzotti

A questão racial ganha as ruas

pág. 13

Editorial

O desafio de novembro

O momento político vivido pelo país exige do PT o redobrado esforço de entendimento e **explicação** da realidade. Identificar a natureza da crise global que nos atinge é tão urgente quanto criar as condições para poder conduzir às mudanças que nosso programa partidário propõe para a sociedade.

A Constituição que entra em vigor, apesar de conter avanços aqui e ali, não criou o suporte legal que poderia sustentar uma democracia de fato. Por outro lado, a política econômica do desgoverno Sarney piora as condições de vida da população, prepara a recessão, desguarnece o país no interior da economia mundial, aprofunda o caráter antinacional e antipopular da política pública em curso.

O momento requer aprofundamento da organização partidária e intervenção política objetiva que possa ir ampliando as condições de superação deste modelo de sociedade flagrada em gigantescas desigualdades e injustiças.

A crise desorganiza o povo e estimula em vários segmentos das massas trabalhadoras a crença de que o momento é o do egoísmo, do corporativismo, do **salve-se quem puder**. Cabe ao PT botar seu holofote ideológico nesta escuridão produzida pelas classes dominantes e suas elites. É o Partido que pode apontar a direção que permita ampliar a consciência dos trabalhadores da necessidade de construir um tipo alternativo de sociedade e de governo para o Brasil.

Somos um partido nacional, presente em mais da metade dos municípios brasileiros. Participamos do processo eleitoral com cerca de 30 mil candidatos porque apresentamos ao eleitorado não somente o modelo viável, popular e confiável de administração pública mas, principalmente, um modo diferente de fazer política.

A intervenção eleitoral do PT deve demonstrar na prática esta articulação essencial entre a democracia da gestão petista e o socialismo que qualifica os objetivos e fins pelos quais lutamos. E, neste caso, é o exemplo, mais que o discurso, que nos distingue. O Partido é um educador coletivo. Isto quer dizer que ele enfrenta a realidade das eleições consciente de que busca votos para eleger o maior número possível de prefeitos e vereadores mas que, também, busca ampliar sua organização com vistas a aumentar a confiança dos trabalhadores na política que pratica.

Esta é a quarta campanha eleitoral da nossa vida de 8 anos e nessa preparamos a quinta, com Lula, na disputa da Presidência da República. A exigência do momento é de total nitidez de objetivos e absoluta fidelidade ao conceito ético de política. O momento é de partido, particularmente do PT, porque o sentimento popular é o da rejeição das siglas que significam dissimulação e traição. O desafio de novembro será vencido se tivermos a capacidade de mostrar a diferença, a coerência, a consciência de classe, a camara-dagem interna, o trabalho partidário anterior à eleição, a persistência na luta dos últimos tempos.

Notas

Na África do Sul

Por iniciativa dos deputados constituintes Benedita da Silva e Paulo Paim, do PT; Carlos Caó, do PDT; e Edmilson Valentim, do PCB, foi aprovado, em sessão do Congresso Nacional, requerimento para a criação de delegação interpartidária de parlamentares, que viajarão para a África do Sul, ainda este ano, após a promulgação da Constituição. É a primeira vez que uma

delegação brasileira, integrada por negros, entra naquele país. Os constituintes entregarão ao Presidente Peter Botha, da África do Sul, uma carta assinada por mais de 400 parlamentares brasileiros, exigindo a libertação imediata do líder negro Nelson Mandela (com quem os parlamentares pretendem se encontrar) e o fim do *apartheid*.

89, ano da revolução

No próximo ano, preparem-se todos para a mais longa série de comemorações desta década. A Revolução Francesa fará 200 anos; a 1.ª Internacional, 125 anos, a 2.ª Internacional, 100 e a 3.ª, 70; a Revolução Alemã completará 70 anos e, com ela, a triste lembrança do assassinato de três líderes do Partido Comunista Alemão: Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Franz Mehring.

Lembraremos que há 60 anos a Bolsa de Nova York fazia crash, sinalizando a entrada do capitalismo em uma crise monumental. E que há 50 anos, logo após a derrota da República Espanhola, as tropas nazistas in-

vadiam a Polônia, iniciando a 2.ª Grande Guerra.

Levantaremos bem alto a bandeira da Revolução Chinesa, 40 anos depois daquele 1.º de outubro em Pequim. E recordaremos aquele início de ano em Santiago e Havana, há 30 anos.

Em 1989 haverá quem, dez anos depois, cante "adelante" por Nicarágua e até quem se indague o que de fato ocorreu, em 1979, no IRÃ, terra de onde foi expulso Reza Pahlevi.

E, quem sabe, talvez estejamos comemorando, junto com o Centenário da República, a eleição de um operário à Presidência do Brasil. (VP)

As fotos da violência

O deputado estadual Valdir Ganzer (PT-PA) organizou, entre os dias 1 e 12 de agosto passados, uma exposição de fotos sobre a violência no campo. A exposição contou com o apoio da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e

foi visitada por mais de 1.500 pessoas na Assembléia Legislativa do Estado. Em doze painéis foram apresentadas 100 fotos e matérias que retratavam casos de tortura, trabalho escravo, expulsão violenta de famílias pela Polícia Militar e massacre de posseiros.

Julgamento do FMI

Movimentos ecológicos e pacifistas europeus acabam de participar do "julgamento" do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O "julgamento", iniciativa do Tribunal Permanente dos Povos, da Fundação Lelio Basso, foi realizado paralelamente aos congressos anuais daquelas instituições financeiras, no final de setembro, em Berlim Ocidental.

A nota de apresentação

da sessão do Tribunal Permanente dos Povos afirmou que o encontro não se limitou à condenação moral das políticas implementadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, estendendo-se à apresentação de propostas "positivas" na modificação da estrutura e políticas desses organismos.

O presidente da CUT Regional de São Paulo, Arlindo Chinaglia, representou o companheiro Lula no evento.

Sociedade

O “não” do PT à Constituição

O partido repudia o caráter conservador da nova Carta e propõe campanhas para fazer valer (e ampliar) conquistas sociais e liberdades democráticas

“O PT, por entender que a democracia é uma coisa importante — que foi conquistada nas ruas, nas lutas travadas pela sociedade brasileira —, vem aqui dizer que vai votar contra este texto, exatamente porque entende que, mesmo havendo avanços na Constituinte, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nesta Constituição”. Com esta declaração-síntese de seu pronunciamento no Congresso Constituinte, o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, encaminhou o voto “não” do partido à Constituição que será promulgada no dia 5 de outubro.

A votação, realizada dia 22 de setembro, registrou 474 votos a favor e 15 contra (todos do PT). O deputado João Paulo Pires de Vasconcellos (PT-MG), contrariando decisão do partido, votou “sim”.

A resolução de votar “não” e de assinar a nova Constituição foi adotada na reunião do Diretório Nacional, de 17 de setembro passado, quando se reconheceu que “avaliada item por item, a nova Constituição mostra que houve diversos avanços, no campo das liberdades democráticas e dos direitos dos trabalhadores; mas mostra, também, que em sua maior parte, esses avanços não são auto-aplicáveis e constituem declarações de intenções e dependem de regulamentação posterior”. Na opinião do DN, a nova Constituição revela seu caráter conservador “ao cristalizar a atual organização econômica e a estrutura de poder vigente”.

A decisão de assinar a Constituição é uma demonstração política e pedagógica de que é possível lutar por um nova institucionalidade também dentro dos estreitos limites da insti-

tucionalidade burguesa, além de todo o vasto campo das lutas extraparlamentares e populares, entendeu o DN.

Tarefas prioritárias

Coerente com esta orientação política, expressa na conclusão da proposta apresentada ao DN pela Executiva Nacional (“Acabou a Constituinte. Mas a luta da classe trabalhadora continua”), o DN aprovou um conjunto de propostas, que articulam ações parlamentares, jurídicas e populares, na direção de mudanças efetivas e de transformações estruturais indispensáveis. Resumidamente, são estas as propostas aprovadas:

1. Fazer a denúncia sistemática do caráter conservador da nova Constituição;

2. Elaborar planos de campanhas para colocar em vigor os princípios constitucionais que expressem conquistas e avanços, resgatando, inclusive, o papel do PT nestas conquistas;

3. Atuar no sentido de pôr em prática direitos e conquistas da nova Constituição através de mandados de injunção, leis complementares e ordinárias;

4. Preparar o partido com orientação política e técnica para a elaboração das constituintes estaduais e das Leis Orgânicas dos Municípios;

5. Engajar a militância na mobilização popular para a conquista de direitos e liberdades que foram negados na nova Constituição, notadamente a reforma agrária, a liberdade sindical, a estabilidade no emprego e o fim da tutela militar.

Nos próximos dias, estará circulando um boletim especial da Bancada, “Na Luta da Constituinte”, destacando o que muda com a nova Carta.



A bancada federal do PT no plenário da Constituinte

O programa de emergência do PT

Enquanto o governo prepara seu novo pacote econômico e os empresários divulgam suas propostas para combater a inflação (sem preservar os salários), o PT lança seu Plano de Emergência Sócio-Econômico, com propostas de “medidas imediatas e responsáveis para salvaguardar os interesses da população e impedir a falência do país”.

O Plano de Emergência, aprovado em suas grandes linhas na última reunião do Diretório Nacional, ataca problemas críticos da economia, propondo medidas de combate à inflação; de recomposição dos salários; de saneamento das finanças públicas; de estancamento da sangria de riquezas nacionais para o exterior; de revisão da política de comércio exterior; de suspensão imediata do pagamento da dívida externa e do processo de conversão; de cancelamento das Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs); e de novo sistema de negociação para os contratos de trabalho.

Paralelamente à aplicação das providências contidas no Plano, o PT — que estará concluindo até o final do ano sua proposta de

Plano de Ação de Governo para a candidatura Lula à Presidência da República — sugere uma estratégia mais ampla de ação do Estado, destinada a impulsionar reformas estruturais na economia brasileira.

O Plano de Emergência do PT está dividido em três grandes áreas: a do combate à inflação e a do saneamento das finanças públicas; a da preservação das riquezas nacionais e da retomada do desenvolvimento; e a da recomposição dos salários e da instituição do sistema de negociação coletivo.

Preços

Na linha de combate à inflação, o PT sugere um amplo e rigoroso sistema de controle de preços dos setores oligopolistas e das tarifas e preços administrados pelo governo. Propõe a extinção do Conselho Interministerial de Preços (CIP) e sua substituição por um organismo do qual participem representantes de sindicatos e organizações populares. Além disso, aponta para a necessidade de se punir drasticamente os infratores e atravessadores, in-

clusive com o confisco de mercadorias.

Uma política especial para os gêneros de primeira necessidade; a redução das taxas de juros e o combate à especulação financeira; o fim dos cortes indiscriminados no orçamento público e a revisão da política de privatização, tirando da lista as empresas que prestam serviços públicos e as que atuam em áreas estratégicas, são medidas que dão maior consistência a esta parte do Plano.

Fundamental, no Plano do PT é a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e a abertura de um novo processo de negociação, que repele imposições ou monitoramento externo na economia nacional. Nesta área, o PT também sugere o fim dos incentivos às exportações, uma política de prioridades para importações.

Finalmente, o PT propõe um plano de recomposição do salário-mínimo e o estabelecimento de garantias legais para estimular as negociações coletivas, nos moldes que vêm sendo definidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Eleições

Buscando o voto de oposição

Como os candidatos do PT podem aproveitar as enquetes de opinião pública para orientar suas campanhas

Os petistas não devem desmerecer as pesquisas eleitorais enquanto instrumentos de aferição de popularidade e de acerto ou erro de campanha. Essa é a opinião do deputado federal e coordenador da Comissão Nacional de Eleições Municipais (CNEM) do PT, Paulo Delgado, que fez ao BN um balanço da campanha em todo país.

"A pesquisa de opinião é um instrumento adequado, um instrumento correto para medir o desempenho de uma campanha. O que não devemos fazer é superestimar ou subestimar seus resultados: é preciso encontrar o ponto ótimo de utilização da pesquisa". Para isso, diz Delgado, é tarefa

da direção da campanha entender sua tecnologia. "Todo diretório municipal, antes de falar mal ou bem de uma pesquisa - seja ela realizada pela televisão, jornal, rádio ou qualquer entidade local - deve analisar os dados dessa pesquisa e verificar como eles foram arrolados".

A CNEM vem acompanhando semanalmente as campanhas municipais, valendo-se das pesquisas realizadas pelo DataFolha, Ibope e outras enquetes regionais. Há também algumas encomendadas pelo próprio partido (iniciativa que tem sido estimulada pela CNEM). Um outro elemento de balanço é a própria presença de um diri-

gente nacional no local da campanha: "as viagens dos dirigentes por todo o Brasil permitem verificar se as orientações gerais do PT estão sendo seguidas ou se elas precisam de alguma correção de rumo", afirma o deputado.

"Efeito Jânio"

Paulo Delgado alerta os militantes para a alta porcentagem de indecisos nas pesquisas. "Precisamos voltar nossa atenção para esse eleitor e descobrir qual é a dele". Pode ser alguém descrente da política, que tende a anular seu voto? "Nesse caso, nosso discurso deve mostrar-lhe que sua decepção com os políticos enganadores e corruptos não pode neutralizar sua

participação política nas eleições (atitude que só favorecerá os candidatos conservadores)".

A indecisão, contudo, pode estar mascarando uma tendência do eleitor ao "voto envergonhado", isto é, o voto de protesto em um candidato polêmico, em geral de direita (o que em 1985, em São Paulo, ficou conhecido como "efeito Jânio"). "Seria interessante aferir, nas pesquisas que o próprio partido patrocina, quais são, em linhas gerais, as posições políticas do indeciso - perguntar sua opinião sobre a reforma agrária, por exemplo - e tentar, desse modo, extrair sua real intenção de voto", sugere Delgado.

De qualquer forma, o coordenador do CNEM reafirma a previsão de que o voto esse ano será mesmo de protesto, de condenação da "Nova República" (particularmente do PMDB). "Isso não quer dizer que todos os votos irão necessariamente para o PT e os outros partidos progressistas. Os eleitores poderão partir para um oposicionismo desvairado e acabar votando em candidatos populistas de direita". Mais uma razão, diz ele, para que os candidatos petistas não cedam à tentação de regionalizar suas campanhas, perdendo de vista seu caráter nacional, capitaneado pela candidatura Lula à presidência da República.

Alianças

Os tucanos que oPTaram

Nascido, segundo seus fundadores, para ocupar um suposto vazio na "centro-esquerda" do espectro político brasileiro, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tem tido dificuldades de encontrar aquela tênue linha que os mantenha separados tanto dos "capitalistas selvagens" quanto dos "socialistas radicais". Particularmente neste período eleitoral, sua proposta programática - calcada, em linhas gerais, na idéia de um capitalismo mais "humano", com distribuição de renda - se vê obrigada a adaptar-se à necessidade de sobrevivência no pleito municipal, provocando oscilações à esquerda e à direita. (Nesse último caso, ao preço de descaracterizar o discurso oposicionista que inspirou sua fundação).

Em alguns lugares, contudo, os tucanos preferiram, sacrificar alianças eleitoreiras em prol da manutenção de um programa

mais progressista. O resultado foi a aproximação com o PT.

Em Porto Alegre (RS), a candidata do PSDB à prefeitura, Ecléia Fernandes, resolveu abrir mão do posto para apoiar o candidato petista, Olívio Dutra. Ecléia, é deputada estadual e foi líder do PMDB na Assembléia Legislativa antes de ter "rachado" com esse partido, junto com o senador José Paulo Bisol, entre outros.

Vitória

A decisão de Ecléia foi feita depois que as pesquisas de opinião pública começaram a indicar uma polarização entre Olívio Dutra e o candidato do PMDB, Antônio Brito. O apoio nem estava previsto pelo Diretório Municipal do PT em Porto Alegre, que em sua Convenção (no semestre passado) propôs uma "Frente Popular" com o PCB, PC do B e PSB. Os dois últimos, porém, resolveram

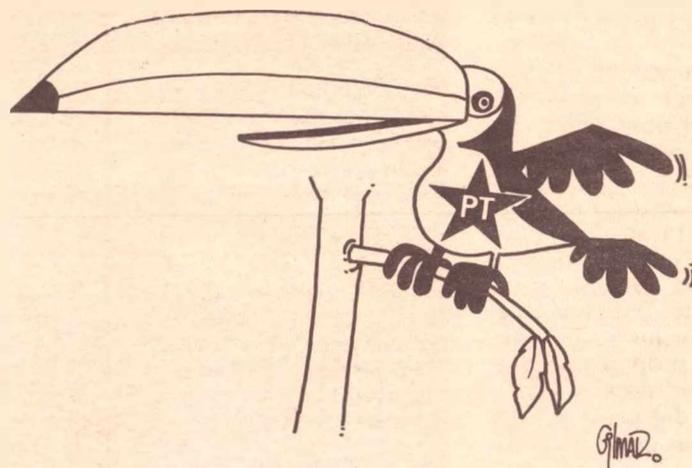
disputar as eleições com candidatura própria.

Já a opção do PSDB de Vitória (ES), de se coligar com o PT - juntamente com o PSB, PCB, PC do B e PV - deixou feridas no interior do partido. É que o Diretório Regional do PSDB do Espírito Santo se opôs ferrenhamente à aliança, preferindo parceiros mais conservadores ou candidatura própria.

A divergência refletiu a luta interna entre a ala direita do PSDB capixaba, comandada pelo senador José Inácio Ferreira, e o seu

setor progressista (os chamados "tucanos vermelhos"), liderado pelo deputado estadual Paulo Hartung. O Diretório Regional chegou a ameaçar uma intervenção no Diretório Municipal de Vitória.

Há também duas experiências de coligação no interior do estado: em Pinheiros (norte do Espírito Santo), o PSDB encabeçou uma chapa em que o PT indicou o candidato a vice; e em Baixo Guandu (Centro-Norte do estado) onde ambos os partidos fazem coligação na chapa proporcional.



Eleições

De olho nas pesquisas

Porque os mais pobres (ainda) não votam no PT

Valter Pomar *

Como em todo período pré-eleitoral, as pesquisas surgem como formigas. Há as que sondam as preferências partidárias. Há as que medem o conhecimento acerca de quem é candidato e há as que indicam opções de voto. Com as subdivisões por sexo, escolaridade, nível de renda e idade - para ficar só nestas categorias.

Aparentemente, as pesquisas são apenas uma medida objetiva da tendência do eleitorado. Na verdade, constituem-se numa arma de propaganda. A tendência popular a votar no "candidato que vai vencer", a não "jogar o voto fora" é usada pelo candidato que está à frente das pesquisas para angariar mais apoios. E, como sabemos, são poucas as vezes em que o candidato petista está na frente...

Isso não pode nos levar a menosprezar as pesquisas. Elas se constituem numa referência, mesmo quando deturpadas e manipuladas. Devemos destacar companheiros para analisá-las e - se preciso for - denunciá-las com dados quando forem um embuste. Para isso é necessário, inclusive, realizar pesquisas próprias, evitando e se contrapondo à manipulação das pesquisas encomendadas por nossos adversários.

Pesquisas e tendências

Das diversas pesquisas que vêm sendo publicadas nas últimas semanas, duas merecem destaque. A primeira foi produzida pelo *DataFolha*, aferindo as tendências do voto popular nas dez principais capitais brasileiras (Salvador, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia, Belém e São Paulo). Foi publicada na FSP de 28 de agosto passado.

A segunda pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto



A penetração eleitoral do PT é menor nos bolsões de miséria

Gallup e publicada na revista *Isto É/Senhor* n.º 990, detectando as tendências do voto popular em 21 Estados acerca da eleição presidencial do próximo ano.

Nas capitais analisadas pelo *DataFolha*, o número de eleitores que sabem indicar espontaneamente o nome de um candidato é sempre inferior a 50%. Em outras palavras, há três meses das eleições, a maioria dos que vão votar não sabe nem quem é candidato. Este dado se repete na pesquisa

Gallup: 51% dos entrevistados não sabem dizer o nome de qualquer um dos candidatos à Presidência da República.

Em ambas as pesquisas fica claro o desgaste do PMDB. Nas três principais capitais brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte -, os candidatos peemedebistas à Prefeitura não conseguem o primeiro lugar. Seus candidatos mais fortes à Presidência - Quércia e Ulysses - aparecem com respectivos

3,9% e 1,7% das preferências populares, contra os 9,4% de Brizola - o primeiro - e os 2,6% de Lula - o sexto. Isto não quer dizer que a máquina partidária do PMDB tenha perdido sua força: a mesma pesquisa Gallup o indica como sendo o partido com maior número de simpatizantes em todo o país, seguido do PT e do PDT.

Pobre, ainda não

O dado mais impressionante de todas as pesquisas

é o fato de que as faixas de menor renda do eleitorado depositam seus votos não em candidatos da esquerda, ou mesmo de centro, mas em candidatos da direita, populistas e governistas.

Silvio Santos, por exemplo, está em segundo lugar nas pesquisas do Gallup, carregando a maioria das preferências das chamadas classes D e E - entre as quais o Lula realiza sua pior performance (1,3%), contra 4,1% na classe B.

Isso tem levado a imprensa burguesa a lançar o mote de que "trabalhador não vota em trabalhador". E, verdade seja dita, essa provocação calou fundo em diversos setores do partido, que acreditam que o pobre vota no pobre. O que não é verdade.

O setor do eleitorado que vota no PT tem características razoavelmente definidas. O voto petista diminui quanto maior a idade do eleitor. Em compensação, quanto maior a renda (obviamente, até um determinado limite) e quanto mais elevado o nível escolar, aumenta o voto petista. Este fenômeno se estende, em geral, aos demais partidos de esquerda.

Isto significa que os eleitores potenciais do PT encontram-se entre aqueles que - por sua organização, combatividade etc - vêm oferecendo resistência ao arrocho salarial e à deterioração das condições de vida.

O voto dos mais desfavorecidos, ao contrário, continua em sua grande maioria indo para os candidatos das classes dominantes. Reverter esta situação, fazendo com que a maioria pobre - que só em São Paulo representa 50% do eleitorado - passe a votar no Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo em que mantemos e ampliamos nossa atual base eleitoral, é um dos grandes desafios do partido nessas eleições.

* Membro da Secretaria de Formação Política do DR-SP

Militares

O complô de generais subversivos

Oficiais brasileiros e americanos assinam acordo secreto que prevê ação conjunta até para intervir nos governos de seus países



Sarney e militares: cumplicidade

Os altos comandos dos Exércitos de 15 países americanos - entre eles o Brasil - se reuniram em novembro passado, em Mar Del Plata (Argentina), e assinaram 15 acordos secretos, um dos quais prevê a intervenção militar conjunta sobre os poderes constituídos em seus países.

A denúncia - feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* em

26 de setembro passado - traz uma ampla documentação sobre o conteúdo da reunião militar que, além de acordos para ações conjuntas, fez uma discussão sobre os "perigos" do retorno à democracia em diversos países da América Latina.

Democracia e subversão

Entre os participantes do encontro estavam a maioria

dos países da América do Sul e Central, além dos Estados Unidos. Eles apontaram o "Movimento Comunista Internacional (MCI)" como a "ameaça comum e principal a todos os países americanos e, como tal, deve ser combatido, particularmente através da união e de procedimentos comuns entre todos os Exércitos americanos" e, além disso,

"ações nos demais campos do poder".

O relatório do Exército brasileiro aponta que a ampliação dos espaços democráticos (indicada, entre outras coisas, pelo "livre debate das doutrinas") favorece a "pré-dica subversiva" e faz com que as OS ("Organizações subversivas") alcancem maior penetração nas instituições.

Não é surpreendente, dado o horizonte paranóico da avaliação, que o relatório estime em 30% a presença de militantes ou simpatizantes das OS no Congresso Constituinte (a subversão estaria, segundo o documento, principalmente infiltrada no PT, PDT e PMDB).

Inconstitucional

No dia seguinte à publicação destas notícias, o deputado Hermes Zanetti (PMDB) sugeriu a presença dos ministros militares na Comissão de Relações Exteriores da Casa para esclarecer os fatos divulgados. Já a bancada do PT na Câmara dos Deputados, através do deputado Plínio de Arruda Sampaio, apresentou um requerimento à Mesa da

Constituinte pedindo informações sobre o assunto.

Plínio falou ao **BN** sobre os objetivos do requerimento:

"Em primeiro lugar, queremos saber o que são as tais 'organizações subversivas' apontadas no relatório, por que são qualificadas dessa forma e quem são os deputados que pertenciam a elas; em segundo lugar, pedimos esclarecimentos sobre quais são os efeitos dos acordos assinados - ou seja, a que o Brasil está obrigado com estes acordos?"

Dependendo de como foram feitos os acordos, diz Plínio, eles poderão até ser considerados inconstitucionais pela Constituição vigente (a de 1969) que em no artigo 81, item 10, diz que "compete privativamente ao presidente da República celebrar tratados internacionais, ad referendum do Congresso Nacional".

De qualquer forma, Plínio lembra que "certamente pela nova Carta estes atos seriam ilegais", pois somente o Congresso Nacional terá poderes para aprovar tais acordos (art. 49, I).

A paranóia da "segurança"

A participação das Forças Armadas brasileiras na reunião do Alto Comando dos Exércitos de 15 países americanos, em novembro último, e os acordos de ação conjunta lá assinados revelam, mais uma vez, os obstáculos que os povos do Continente terão de vencer para construir e consolidar democracias estáveis na região.

No episódio, fica clara a pretensão dos militares de manterem sua posição de tutores, de guardiões da lei e da ordem (aí entendidas como a manutenção do status que, do sistema capita-

lista e do regime de dominação), que confundem as forças armadas como poder de Estado. Agiu bem o PT quando votou "não" à Constituição, que, entre outras coisas, consagra a tutela militar na organização dos poderes do Estado brasileiro.

A paranóia do combate à subversão e as insinuações dirigidas contra partidos (o PT é citado nominalmente), instituições, parlamentares e entidades da sociedade civil mostram, também, que continua prevalecendo, entre os militares brasileiros, a Doutrina de Segurança Na-

cional, que transforma em "subversivos" trabalhadores que lutam contra o arrocho, parlamentares que se batem pela democracia, religiosos que clamam por justiça social e assim por diante. Como se recorda, em nome da Segurança Nacional e do combate ao "inimigo interno", milhares de brasileiros foram presos sem culpa formada, centenas foram mortos e "desaparecidos", e a tortura virou instituição nacional.

A ação dos EUA

A presença de representante do Exército dos Esta-

dos Unidos na Conferência também não é casual. Principais formuladores da ideologia cabocla de segurança nacional e tradicionais formadores, em suas escolas de Estado Maior, de oficiais da Inteligência dos Exércitos latino-americanos, os Estados Unidos vêm alimentando aventuras de intervenção militar em praticamente todos os países à sua volta. A ação do imperialismo, que se exerce por meio da influência dos meios de comunicação de massa, que se manifesta através do sufoco da dívida

externa e da política de retaliação comercial, estende-se inegavelmente, à influência nas corporações militares, a fim de assegurar, também pela força, seu domínio na região.

Por fim, é sintomático notar que a reunião ocorre num momento em que no Brasil, no Chile, na Argentina e em outros países, o povo expressa o desejo de reconduzir os militares aos quartéis o complô de Mar del Plata, longe de aconselhar recuos e recomendar a tolerância, deve servir de alerta para os democratas. (RF)

Constituição

Um município mais forte

Prefeituras e Câmaras ganham mais autonomia, ampliando espaços para a intervenção popular. Agora, trata-se de fazer valer a lei

Pedro Dallari*

A postura do PT na Constituinte em relação à organização político-administrativa da Federação foi de valorizar a esfera municipal. Um município dotado de autonomia política e com um maior volume de recursos significa um espaço institucional mais suscetível à pressão e influência dos movimentos sociais e da população em geral.

A alteração mais significativa no campo da definição do poder local na Federação foi a explicitação de que o município se rege por uma lei orgânica própria. Com a promulgação da nova Constituição, deixa de prevalecer a regra de que todos os municípios de um estado se organizam com base na mesma lei fundamental, que só pode ser aprovada e emendada na Assembléia Legislativa.

O fato de cada município ter sua própria lei orgânica — até agora só presente no Rio Grande do Sul — cujos municípios já são dotados de autonomia política — trará grandes implicações de ordem institucional. Os vereadores a serem eleitos em 15 de novembro integrarão Câmaras municipais dotadas de poderes constituintes, pois a nova Constituição, ao fixar para as próprias Câmaras, e não para os prefeitos, a prerrogativa da promulgação das leis orgânicas, dá a estas verdadeiro status de constituição municipal.

O prefeito não poderá vetar o todo ou qualquer parte da lei votada pela Câmara, cuja aprovação exigirá maioria de dois terços dos respectivos membros.

As câmaras municipais, tanto na elaboração da lei orgânica como no exercício de suas funções legislativas e fiscalizadoras, assim como os prefeitos, exercerão suas atribuições dentro de um quadro de competência onde se alinham matérias de



natureza exclusivamente municipal e matérias a serem tratadas conjuntamente pela União, pelos estados e pelos municípios. Exemplo relevante de assunto eminentemente municipal é a organização e a prestação, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de caráter local, incluído o de transporte coletivo. Na relação das competências comuns a todas as esferas se encontra, por exemplo, o cuidado com a saúde e a assistência pública.

Autonomia financeira

Além da obtenção de um espaço político mais amplo, os municípios saem da Constituinte com uma fatia maior na distribuição dos recursos arrecadados em todo o país a título de impostos e outros tributos. A União receberá um volume menor de recursos, havendo um aumento da quantia destinada aos estados e municípios. Estes, que ficam hoje com cerca de 18% do total da arrecadação tribu-

tária do país, passarão a ter 24%, segundo levantamento preliminar realizado pelo gabinete da liderança do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Mudanças mais importantes no sistema tributário, que propiciarão, a partir de 1989, o aumento dos recursos municipais, relacionam-se ao ICM, que passa a ser imposto mais forte e com uma parcela maior destinada aos municípios, e ao imposto sobre a venda e a doação de bens imóveis, que sai da órbita estadual para a esfera municipal.

Uma questão que tem se colocado com frequência é o eventual aumento das responsabilidades dos municípios em razão do aumento dos recursos a eles destinados. Quanto a isso, não há uma expressa previsão constitucional. A transferência de encargos atualmente assumidos pela União e pelos estados será uma decisão eminentemente política, que poderá variar nas diferentes regiões do

Brasil e mesmo de um estado.

Reforma urbana

Objeto de um capítulo próprio do texto constitucional, a questão urbana está presente, por exemplo, na obrigatoriedade de cada município ter o seu plano

diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Outro exemplo é a fixação de instrumentos para a promoção do aproveitamento adequado do solo, como a desapropriação com o pagamento mediante títulos da dívida pública.

Outro dado é a previsão do usucapião especial por parte de todos aqueles que possuem área urbana particular de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, desde que a utilizem para sua moradia e não sejam proprietários de outro imóvel.

A implementação dos dispositivos na nova Constituição, inclusive aqueles relativos aos municípios, não é uma atitude meramente técnica. Ela será objeto de intensa luta política. Cabe ao PT, às forças progressistas e aos movimentos sociais fazerem uma avaliação das normas aprovadas pela Constituinte e definir políticas voltadas para um processo de interpretação e aplicação que corresponda aos interesses da maioria da população.

*Assessor Jurídico do PT na Constituinte

RECURSOS PARA DIRETÓRIOS E COMITÊS

Reforce o seu caixa vendendo exemplares e assinaturas das publicações do PT.

O esquema é bastante simples e 30% da receita obtida ficam para o comitê ou diretório.

Faça o seu pedido, discriminando as quantidades de cada publicação, some os valores líquidos (70% do preço de capa), e envie-o, juntamente com cheque nominal, ao Partido dos Trabalhadores, no valor total, para ser descontado 30 dias após, para:

Departamento de Circulação do PT
Av. 11 de Junho, 260
São Paulo - SP - 04041

Tabela de Preços	(valor integral)
Jornal do PT.....	Cz\$ 160,00
Boletim Nacional.....	Cz\$ 130,00
Teoria & Debate.....	Cz\$ 600,00

Governo Sarney

As falcatruas de Barbalho

A bancada do PT na Câmara dos Deputados pegou em flagrante o ex-ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, que desapropriou terras pagando preços mais altos que os do mercado



Arquivo Sem Terra

Jáder Barbalho (no centro): acordos nebulosos

O atual ministro da Previdência Social, Jáder Barbalho, quando à frente do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária (Mirad), transformou o órgão num "movimentado escritório de transações imobiliárias". A denúncia foi feita pelo deputado federal e presidente nacional do PT, Olívio Dutra, durante pronunciamento na Câmara no dia 26 de agosto passado.

Com base num dossiê elaborado pela Secretaria Agrária Nacional do partido, o PT mostrou que o ministro autorizou o pagamento de desapropriações de terras por preços até cinco vezes acima dos valores reais de mercado. Só para ficar no exemplo, um dos vários casos citados no documento é a aquisição de 230 mil hectares de terra no Polígono dos Castanhais (Pará), onde se pagou de 10 mil a 14 mil cruzados o hectare (cotado na região entre 2 mil e 4 mil cruzados).

Além de fixar preços acima do mercado, o dossiê mostra que entre novembro do ano passado e julho desse ano (período em que Jáder Barbalho chefiou o Mirad) houve alteração do preço das indenizações ini-

cialmente fixadas, o Mirad adquiriu imóvel sem título definitivo e reduziu os prazos de pagamento do teto de 20 anos para 5 anos.

Negociata

Segundo levantamento do Escritório da Secretaria Agrária do PT em Brasília, no curto período de 8 meses em que esteve à frente do Mirad, Jáder Barbalho autorizou a desapropriação de cerca de 1,3 milhão de hectares de terra, correspondendo a um valor aproximado de 27 bilhões de cruzados. Para fazer face às indenizações, o Mirad emitiu cerca de 5,7 mil títulos da dívida agrária (TDA's) num valor global que ultrapassava, em agosto, a casa dos 50 bilhões de cruzados a serem resgatados nos próximos 5 anos, a partir de novembro próximo.

Parte dessas operações, porém, não levou em conta os critérios de avaliação de imóveis fixados pelo próprio Mirad. Assim, em vez de designar uma equipe técnica para fazer um levantamento rigoroso, o Mirad baseou-se em critérios nebulosos como a avaliação

feita por "instituições de crédito", que acabaram gerando distorções como essa: terras do município de Roncador, no Paraná (altamente produtivas e de excelente localização), avaliadas em 58.855 cruzados o hectare, enquanto terras de Rondônia, de padrão inferior e situadas em área de fronteira agrícola, avaliadas em 84.037 cruzados o hectare.

Corrupção

O pronunciamento de Olívio Dutra teve ampla repercussão na imprensa e chamou a atenção da opinião pública para o depoimento do ministro, dias depois, na CPI da Corrupção. Interrogado por um dos senadores presentes sobre a questão, Barbalho nada respondeu de concreto, limitando-se a acusar o PT de "fomentar a violência no campo".

"O ministro esquece de dizer que foi justamente durante sua gestão à frente do governo do Pará e, depois, do Mirad, que o número de assassinatos e a extensão de áreas de conflito no campo atingiram níveis sem precedentes", declara Paulo Valle, responsável pela Secretaria

Agrária do PT em Brasília.

"Logo após a entrada de Jáder Barbalho no Mirad, a gente percebeu que ele estava dando um novo rumo ao processo de reforma agrária. Por exemplo, em vez de ir à Justiça discutir o valor das desapropriações e a posse das terras, ele começou a chamar os latifundiários para fazer acordos. Aí, nós pudemos verificar, através de um levantamento das indenizações publicadas no Diário Oficial, que tipo de acordo ele estava fazendo para satisfazer os proprietários de terra", continua Valle.

Ação Popular

Ele informa que a denúncia do PT repercutiu no interior do próprio governo a ponto de o novo chefe do Mirad, Leopoldo Bessone, ter suspenso a realização dos acordos. "A informação que eu tenho é de que o novo ministro está se reunindo com sua assessoria para estudar formas mais criteriosas para realizar os acordos — o que é uma indicação de que as denúncias

têm fundamento", diz Valle.

O coordenador da Secretaria Agrária Nacional do PT, Hamilton Pereira, informou ao BN que o partido está tomando medidas legais contra o ministro Jáder Barbalho, já anunciadas por Olívio Dutra em seu pronunciamento na Câmara. Em primeiro lugar, o dossiê já foi entregue à CPI da Corrupção, ao Tribunal de Contas da União e à Comissão de Fiscalização da Câmara. Em segundo lugar, o PT vai entrar com uma ação popular na Justiça, o que implica, caso seja julgada procedente, a devolução ao Tesouro do dinheiro gasto nos acordos.

Outra conduta que o partido vai assumir, prossegue Hamilton, é a de levantar mais casos, já que "o atual levantamento é ainda modesto". "Nós temos mais elementos de denúncia e queremos que a militância petista no campo esteja atenta não só aos casos de desapropriação mas às compras de terras como as que Jáder Barbalho fez em Santa Catarina, para ver em que condições elas ocorreram".

Propaganda Eleitoral

(rádio e tv)

Temos fitas para rádio e TV (videocassete), a preço de custo, com diversos temas: "Ato de Lançamento da Campanha Municipal", "Poder Local e Participação Popular", "PT Geral" (vinhetas etc), "Discurso do LULA no 5.º Encontro". Entrem em contato com o Departamento de Circulação do PT - tel (011) 575-2299. **O envio é a jato.**

Economia

Quem ganha com o acordo?

Os credores externos do Brasil ficaram eufóricos com o resultado das últimas negociações firmadas com o ministro Mailson da Nóbrega. Veja por quê

Paulo Davidoff Cruz*

O governo Sarney acaba de assinar mais um acordo com os bancos privados internacionais sobre a dívida externa brasileira. O acordo, anunciado pelas autoridades econômicas como sendo excelente para o País, provocou uma indisfarçável euforia nos círculos financeiros dos países capitalistas avançados. Um rápido exame das linhas gerais do novo acordo é suficiente para revelar as razões de tal euforia:

1) Já faz algum tempo que os bancos internacionais passaram a guardar uma parte de seus extraordinários lucros nas operações com os países do Terceiro Mundo para fazer frente à insolvência dos devedores. Vultosos recursos foram constituídos com o objetivo de dar cobertura à parte da dívida por eles já considerada impagável e incobrável. Mais do que isso: vários bancos estão fazendo uma verdadeira liquidação de títulos da dívida externa brasileira, oferecendo - para quem quiser comprar - descontos superiores a 50%. Isso significa que, para tais bancos, receber metade da dívida oficialmente registrada é atualmente um grande negócio.

E o que faz o governo da "Nova República" para modificar os termos da dívida externa, beneficiando-se desse contexto internacional? Absolutamente nada, pois acaba de assinar um acordo com os bancos no qual reconhece o valor integral da dívida e se compromete a continuar pagando a totalidade dos juros e iniciar o pagamento do principal (amortização) já em 1991. Com isso, o governo brasileiro se obriga a executar políticas para gerar enormes saldos de exportação, com todas as consequências que isso acarreta para o presente e para o futuro do País. Basta lembrar que o pagamento dos juros e das amortizações recai, em última instância, sobre

os cofres públicos, subtraindo recursos indispensáveis para a retomada do crescimento econômico e para o atendimento das necessidades mínimas da população.

Negociação isolada

2) O caminho trilhado pelo governo Sarney continua a ser o da negociação isolada, descartando qualquer iniciativa conjunta com os demais países devedores. A justificativa é a de que essa via permite ao País obter maiores vantagens na negociação com os bancos. Nada mais longe da realidade. Essa é, na verdade, a estratégia preferida pelos credores: negociar caso a caso, como forma de enfraquecer e de jogar os países devedores uns contra os outros. Enquanto isso, os bancos credores - mais de 700, no caso brasileiro - se organizam sob a forma de um cartel e só negociam em bloco. E qual o resultado dessa via de negociação isolada? Ora, o governo da "Nova República" sequer foi capaz de igualar os termos do acordo realizado pelo México com os bancos em 1986. Naquele acordo, o México conseguiu, pelo menos, sujeitar o

cumprimento de seus pagamentos a uma taxa mínima de crescimento de sua economia e a um bom desempenho de suas exportações. O acordo brasileiro prevê, por sua vez, apenas a possibilidade de consultas junto aos bancos na hipótese de surgimento de fatores adversos no mercado internacional. Contudo, não há qualquer compromisso por parte dos bancos de aceitação de mudanças nos termos do acordo. Por outro lado, as condições financeiras aceitas pelo Brasil foram piores do que as negociações pelo México em 1986.

Conversão da dívida

3) Mas as vantagens auferidas pelos banqueiros internacionais não param aí. Pelo acordo recém-selado, os bancos estão autorizados a converter parte de seus títulos da dívida brasileira em investimentos diretos no país sem qualquer desconto (deságio) do valor oficialmente registrado. Isso significa que aqueles títulos que lá fora são vendidos por, no máximo, 50% de seu valor, poderão ser utilizados pelos bancos para comprar ativos brasileiros - ações de empre-

sas estatais, por exemplo -, sendo aceitos pelo seu valor integral. O acordo estabelece, também, que os bancos internacionais poderão ampliar substancialmente seus empréstimos dentro do país (operações de relending) praticando taxas de juros muito superiores àquelas anunciadas pelo governo, o que representa a garantia de elevados lucros no mercado interno.

4) Mais ainda: os bancos credores, desde a crise de 1982, impuseram a presença do FMI nos países devedores, como forma de garantir a execução de políticas econômicas adequadas aos seus interesses. O governo brasileiro declara que o recente acordo não implica a tutela do FMI sobre a economia brasileira. Nada mais enganoso. Houve apenas uma mudança de forma, permanecendo o conteúdo: os banqueiros continuarão a definir o seu comportamento em relação ao Brasil com base nos relatórios emitidos pela direção do FMI sobre o cumprimento - ou não - das metas econômicas acordadas com aquela instituição.

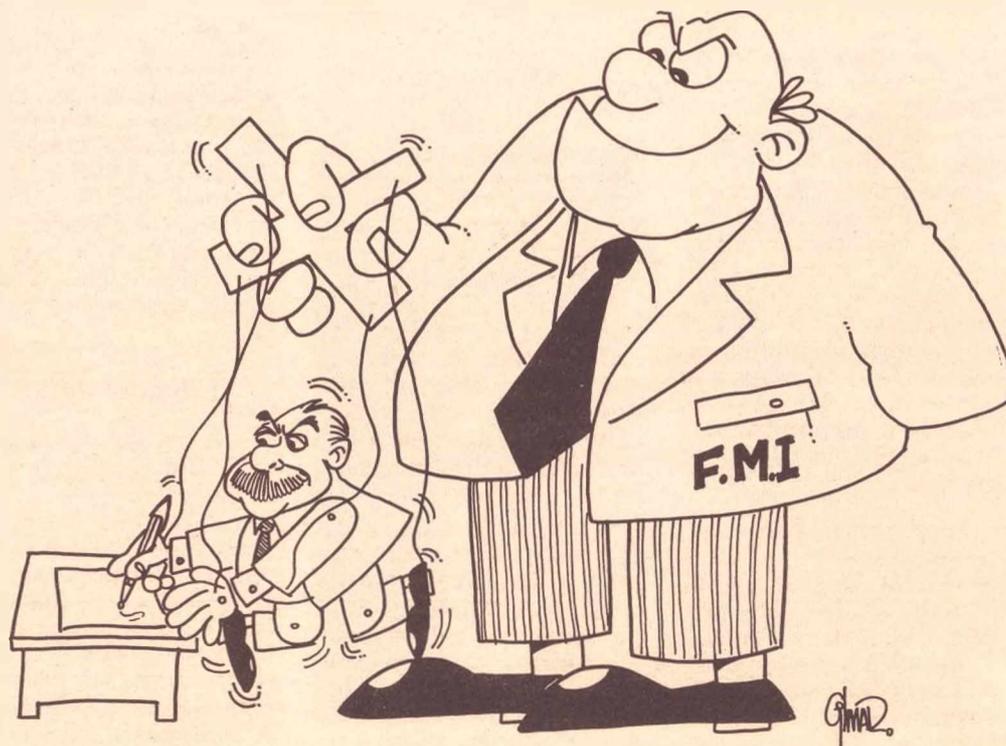
Maior ingerência

O dado verdadeiramente novo no atual acordo é que

os banqueiros, além do FMI, passaram a condicionar suas decisões ao cumprimento de metas de desempenho estabelecidas por outras instituições de financiamento como o Banco Mundial e os bancos oficiais dos países capitalistas avançados (Eximbanks). Como decorrência - e não redução - da ingerência de organismos estrangeiros sobre a nossa economia.

Assim, fica fácil perceber as razões da euforia dos credores. E isso tudo, sem considerar que o atual acordo representa o coroamento de um outro excelente serviço prestado pelo governo Sarney aos banqueiros internacionais e a seus aliados internos: o desgaste da moratória, uma das mais importantes bandeiras empunhadas por várias correntes da oposição. Como se recorda, o governo Sarney decretou, em fevereiro de 1987, uma moratória parcial que, longe de representar um ato de afirmação política frente aos credores, não passou do reconhecimento de uma insolvência iminente, já que o país não dispunha mais de dólares para continuar pagando os credores externos. Totalmente desacreditadas, as autoridades econômicas de então tentaram utilizar a moratória como um expediente político de curto prazo para reduzir os efeitos negativos do fracassado Plano Cruzado. Decretada - e conduzida - de forma equivocada, a moratória acabou sendo identificada a um mero recurso demagógico e populista, incapaz de trazer qualquer benefício efetivo ao País.

É evidente que esse desgaste da moratória, promovido pelo governo da "Nova República", facilitou enormemente o caminho para a retomada dos acordos tradicionais com os credores e com o FMI e para o aprofundamento das concessões ora feitas aos banqueiros internacionais.



* Professor do Instituto de Economia da Unicamp

3.º Concut

O Congresso da

*A CUT afirma uma nova concepção sindical
maioria comprovar na prática a justiça*

**Paulo de Tarso
Venceslau***

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) entra em uma nova fase após a realização do 3.º Congresso Nacional, em Belo Horizonte, de 7 a 11 de setembro. A vitória da *Tese 10* ("Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base"), com mais de 60% dos votos, consolida a hegemonia de uma concepção sindical que se forjou principalmente nas lutas travadas pelos sindicatos do ABC paulista, no final da última década.

Em 1983, ano de fundação da CUT, houve uma ruptura com o peleguismo, que aceitava passivamente a estrutura sindical atrelada ao Estado e impedia a livre organização dos trabalhadores. A criação da CUT, portanto, abriu caminhos para que a própria classe trabalhadora buscasse, através de suas forças, formas de organização e de luta. Esta ruptura não foi tranquila. Importantes setores do movimento sindi-

cal não aceitaram trilhar um caminho independente e optaram pela tutela do Estado e dos patrões. Posição atrasada, ela impediu que a CUT tivesse acesso a uma parcela significativa da classe trabalhadora, como o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo ou os assalariados do Nordeste.

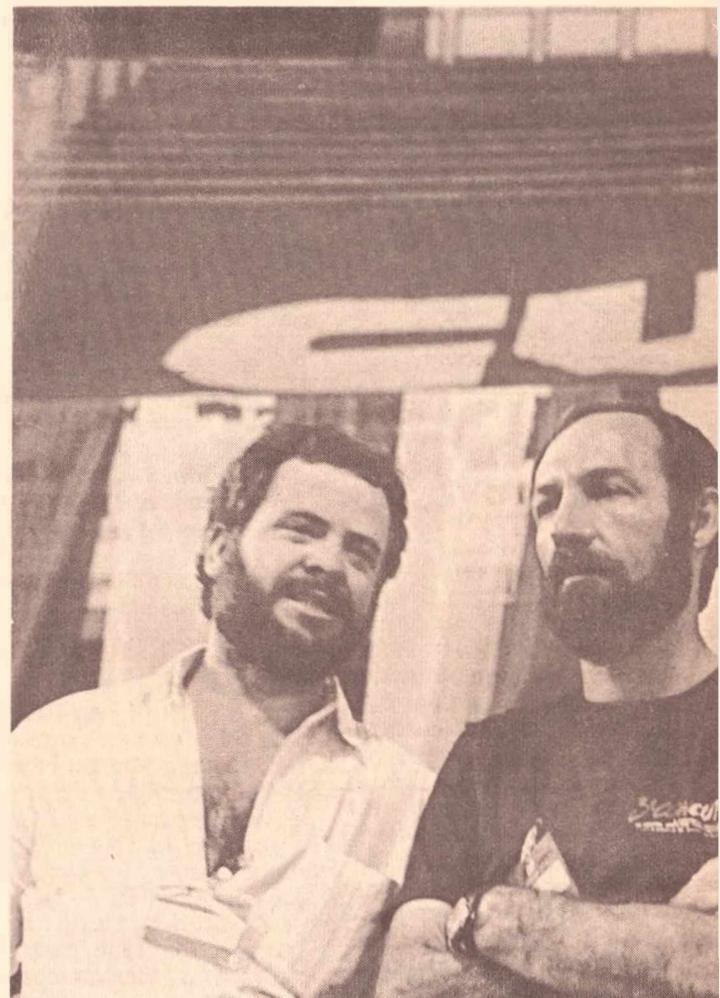
Agora, passados 5 anos, a CUT se consolidou como a principal referência sindical. Conquistou sindicatos de peso sob a influência dos pelegos, ou mesmo que estavam sob a direção de lideranças atrasadas. Dirigiu praticamente todas as grandes mobilizações sindicais. Rompeu com os limites da rígida legislação que impedia a organização horizontal dos trabalhadores. Seu crescimento atraiu o ódio dos patrões, que passaram a pressionar o governo para coibir as atividades da CUT. Simultaneamente, desenvolveram-se dentro da CUT concepções discordantes das diretrizes que estavam sendo implementadas desde a sua criação. Foram estas contradições, saudáveis para a democracia operária, que marcaram o 3.º Concut.

Debate rico

A primeira providência para se garantir o debate democrático foi a ampla divulgação, com três meses de antecedência, de todas as teses inscritas para o 3.º Congresso. As divergências, que muitas vezes eram camufladas, afloraram, permitindo que praticamente todos os delegados acabassem se identificando com uma delas.

A realização de congressos estaduais, já com as teses conhecidas, possibilitou o aprofundamento do debate. Este ano, além das teses, tinha-se acesso também às críticas e às propostas complementares formuladas após o conhecimento das teses adversárias, assim como dos resultados dos Congressos estaduais.

Foi este clima que antecedeu a realização do 3.º Concut, o maior Congresso de trabalhadores já realizado no País. Sua importância pode ser comprovada também pela presença de representantes das três centrais mundiais (FSM, Cisl e CMT), assim como de 40 centrais sindicais de 33 paí-



Da esq. para dir.: Osvaldo Bargas, Jair Meneguelli e Avelino Ganz



Roberto Parizatti

Delegadas participam de uma plenária

ses, além de organizações profissionais internacionais, duas federações norte-americanas e cinco entidades ligadas ao movimento sindical argentino e italiano, totalizando 93 dirigentes sindicais estrangeiros. A CUT passou a ser a principal referência para o movimento sindical internacional.

Clima de festa

A presença de mais de seis mil delegados de 1.143 entidades de todo o País, somando ainda mais de 600 voluntários que trabalharam na infra-estrutura do Congresso, e de todos os que se dirigiram para o ginásio do Mineirinho onde se realizaram as plenárias, criou um clima contagiante. A confraternização, contu-

do, não encobria o debate acirrado que marcou os congressos estaduais e regionais dos últimos meses.

Foi nesse clima que os resultados do Congresso acabaram se definindo, logo no dia 8, graças a uma precipitação dos defensores da *Tese 6* ("CUT pela base"). Inconformados com o resultado de uma votação por contraste, os partidários da *Tese 6* e de outras correntes minoritárias exigiram o voto individual, em urna. Encerrada a apuração, às 19 horas, a *Tese 10* venceu com 60,5% dos votos, definindo a correlação real e obrigando as correntes minoritárias a comporem ou recomporem alianças para atingir o quorum mínimo de 10% dos votos - condição necessária para participar da direção da CUT.

maturidade

cal, consolida-se como central e, agora, cabe à
za das teses aprovadas em Belo Horizonte



Roberto Parizotti

er, eleitos no Congresso

As resoluções

A Tese 10 - defendida por Meneguelli, Avelino, Gilmar, Vicentinho, Lorenzetti, Delúbio, entre outros - introduz mudanças importantes nos estatutos, assim como deixa mais clara a concepção sindical que vem sendo gestada desde o final dos anos 70. Por outro lado, as alianças que se formaram revelam também a falta de princípios que as nortearam. Os defensores da Tese 9 ("Democracia e Luta"), integrada por petistas, acabaram se aliando com o Coletivo Gregório Bezerra, defensor da Tese 8 e integrado por antipetistas e que há cinco anos combatiam a formação da CUT e se alinhavam com pelegos e reformistas.

Um outro exemplo: a corrente petista "O Trabalho", que se aliara com a Tese 9, defendida pela Convergência Socialista no Congresso de São Paulo, compôs com a "CUT pela base", embora afirmasse o tempo todo que isso jamais viria a ocorrer.

Uma ampla campanha de denúncia do caráter conservador da nova Constituição e de defesa das conquistas dos trabalhadores; a rejeição do pacto social entre desiguais; e a disposição de participar ativamente das eleições municipais, tentando criar um denominador comum para um programa alternativo ao governo Sarney - estas as principais decisões políticas referentes ao Tema I (Conjuntura).

Mas foi no Tema II, sobre a estrutura e os estatutos da CUT, que se aprovaram as teses de consolidação da nova concepção sindical. Assim, a partir de agora, só poderão se filiar à CUT os sindicatos, as associações e as federações. Por outro lado, só participarão dos Congressos da CUT as entidades filiadas e as oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas pelas

CUTs estaduais. Portanto, a CUT passa a ser integrada exclusivamente por entidades que terão por obrigação contribuir para a Central com 5% de suas receitas brutas.

O novo estatuto reforça a representação política das entidades, exigindo que os delegados sejam proporcionais ao número total de filiados e não mais pelo número de trabalhadores na base. E caberá aos congressos estaduais a eleição dos delegados ao congresso nacional. Desse modo, reforça-se a necessidade de o sindicato se tornar representativo (medido pelo nível de sindicalização) e extingue-se a figura do delegado nato.

Estas decisões representam um avanço significativo para a consolidação definitiva da CUT como central sindical e lançam sobre os membros da maioria - Tese 10 - a responsabilidade de provar, na prática, a justeza de suas posições vitoriosas no 3.º Concut.

* Membro do DM-SP

O que mudou nos Estatutos

Com a alteração dos novos estatutos da CUT, ela estará organizada da seguinte forma: organizações sindicais de base, sindicatos, departamentos, CUT Regional, CUT Estadual e CUT Nacional. Poderão se filiar à CUT os sindicatos, associações e federações e participam dos Congressos, as entidades filiadas, e as oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas pelas CUTs estaduais.

Os Congressos regionais e estaduais da CUT serão realizados de três em três anos no mínimo, cabendo às direções estaduais e regionais ou às plenárias estaduais e regionais a sua definição. Os Congressos Nacionais serão realizados de três em três anos. Os departamentos também deverão se reunir de três em três anos.

Os critérios para eleição de delegados também mudaram: o número de delegados será definido conforme o número total de sindicalizados na base e não mais pelo número de trabalhadores na base. Os delegados aos congressos regionais e estaduais, nas entidades filiadas serão eleitos em suas instâncias máximas e no caso das oposições, em assembleias. Para o Congresso Nacional, os delegados serão eleitos nos Congressos Estaduais.

O número de delegados para participação nos congressos nacionais ficaram assim: a cada 2 mil sindicalizados ou fração, o congresso estadual elegerá um delegado, sendo delegados natos ao Congresso Nacional apenas os membros da executiva da direção nacional.

A aplicação da proporcionalidade nas chapas obedecerá aos seguintes critérios: para a CUT regional, estadual e nacional e departamentos, 20% quando houver duas chapas e 10% quando houver mais de duas chapas. Para o preenchimento de cargos na executiva, a chapa que obtiver mais de 50% dos votos não poderá ficar com menos da metade dos cargos. Na direção nacional se aplica o mesmo critério.

A nova direção da CUT

Participaram da eleição da nova Direção e Executiva Nacionais da CUT 5.886 votantes, assim distribuídos: a chapa 2, saiu vitoriosa com 3.557 votos (60,4%), reelegendo Jair Meneguelli presidente da entidade, seguida pela chapa 3, com 1.368 votos (23,2%), e pela chapa 2, com 961 votos (16,3%). A Executiva Nacional, composta por 15 membros efetivos e 5 suplentes, é a seguinte:

- 1) Presidente: *Jair Meneguelli, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema;*
- 2) Vice-Presidente: *Avelino Ganzer, representante da Federa-*

ção dos Rurais de Santarém (Pará);

3) Secretário-geral: *Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo;*

4) Tesoureiro: *Delúbio Castro, diretor do Centro dos Professores de Goiás (CPG);*

5) Relações Internacionais: *Oswaldo Bargas, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema;*

6) Imprensa: *Rosiver Pavan, diretora da Associação dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp);*

7) Formação Política: *Jorge Lorenzetti, diretor da Associação Brasileira de Enfermagem (Aben);*

8) José Olívio de Oliveira,

diretor do Sindicato dos Engenheiros da Bahia;

9) Antônio Carlos de Andrade, *presidente da Federação Nacional dos Servidores da Previdência Social;*

10) Durval de Carvalho, *presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas;*

11) Gerson de Almeida, *presidente do Sindicato Nacional dos Telefônicos;*

12) Delmar Ferreira, *diretor do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis;*

13) Sebastião Lopes Netto, *da Oposição Metalúrgica de São Paulo;*

14) Cyro Garcia, *presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro;*

15) Martiniano Cavalcante, *diretor da CUT-Goiás.*

3.º Concut

Um plano de lutas unificado

A CUT marca para 20 de outubro o Dia Nacional de Luta

Integrar sindicatos, entidades populares e partidos políticos num amplo movimento de combate à política econômica do governo Sarney, em defesa do salário e emprego, contra a carestia e a inflação - este um dos pontos principais do Plano de Lutas aprovado consensualmente no 3.º Concut. No Plano, a CUT propõe também uma campanha pela reforma agrária e contra a violência no campo, articulando as lutas no campo e na cidade, apoiando as ocupações e reconhecendo como legítimas as iniciativas de autodefesa e de preservação da vida.

Resumidamente, são estes os principais eixos do plano: 1. Unificação das Lutas - A CUT deverá articular todas as formas de luta em curso, canalizando o apoio e a solidariedade de

suas entidades, para criar, na sociedade, condições para um apoio material efetivo. Deverá, ainda, criar o suporte mais amplo possível à sustentação do movimento grevista. Unificará as campanhas salariais, buscando envolver as categorias fora das datas-base com a seguinte pauta mínima de reivindicações: reajuste mensal de salários de acordo com o índice do Dieese; reposição de perdas salariais; e unificação das datas-base em 1.º de maio.

2. Jornada nacional de lutas - A CUT desencadeará uma jornada nacional de lutas contra a política econômica do governo e a dívida externa, em defesa do salário e do emprego, contra a carestia e o desemprego, pela reforma agrária e contra a violência no campo. O dia 20 de outubro foi escolhido



Roberto Parizotti

Terminado o encontro, os delegados recolhem suas bandeiras

como o Dia Nacional de Luta.

A CUT conclama as entidades sindicais, populares e partidos a retomar a luta pelas reivindicações expres-

sas nas emendas populares que a Constituinte rejeitou.

O plano de lutas finaliza acenando com a perspectiva da greve geral, agora sem data marcada, mas com a

avaliação de que as jornadas de luta devem criar condições para que se viabilize uma greve geral, capaz de tornar vitoriosas as reivindicações dos trabalhadores.

O maior evento sindical

(Participação das entidades, por setor)

No 3.º Concut foram credenciados 6.247 delegados, representando 1.142 entidades. Os trabalhadores rurais somaram 1.794 delegados, de 337 entidades; os 4.453 urbanos representaram 805 entidades, entre sindicatos, associações, federações e confederações.

Estado	Indústria	Rural	Financeiro	Transportes	Serviços
AC	0	3	0	0	2
AL	2	4	0	0	6
AM	1	7	0	0	10
AP	1	1	0	1	2
BA	10	29	3	1	30
CE	6	7	2	1	26
DF	3	0	1	1	24
ES	4	7	1	1	11
GO	2	30	1	1	31
MA	3	9	0	1	15
MG	37	34	3	2	64
MS	0	5	1	0	7
MT	0	3	0	0	7
PA	10	46	0	1	30
PB	4	23	1	1	11
PE	5	10	1	1	15
PI	2	15	0	0	13
PR	6	14	4	0	26
RJ	12	5	4	5	39
RN	5	4	2	0	18
RO	1	2	1	0	10
RR	0	0	0	0	0
RS	26	25	6	2	44
SC	9	31	2	3	68
SE	5	4	1	0	3
SP	39	19	11	8	40
TOTAL	193	337	45	30	537

1.142

UNE

Rumo ao 39.º Congresso

A diretoria eleita no 38.º Congresso da UNE (realizado em Campinas no ano passado) enfrentou graves dificuldades para reconstruir o movimento estudantil e retomar suas lutas. A primeira delas foi a completa desmoralização e descrédito político dos estudantes em relação à entidade, resultantes de sucessivas diretorias que sufocaram a democracia interna, esvaziaram os congressos e partidaram as instâncias da UNE.

Além disso, a própria diretoria cometeu vários equívocos, que se revelaram em sua pequena presença nas mobilizações de pressão ao Congresso Constituinte, na debilidade da maioria das regionais da entidade e na incompreensão sobre a importância da ação cultural junto à juventude. Faltou

também um funcionamento mais coletivo e unificado dos diretores.

Mesmo assim, a nova diretoria da UNE - majoritariamente composta de militantes do PT - demonstrou o quanto pode desenvolver as lutas uma liderança que não seja obstáculo às mobilizações, como ficou evidente nas grandes lutas de março e maio (principalmente no eixo Rio-São Paulo) contra os aumentos abusivos das mensalidades nas escolas particulares.

Entre as tarefas colocadas para os delegados do 39.º Congresso - convocado para os dias 7, 8, 9 e 10 de outubro próximos, em São José dos Campos (SP) - está a reestruturação da UNE, o que exigirá algumas medidas imediatas: o fortale-

cimento das regionais da entidade, inclusive com a possibilidade de divisão das que têm maior concentração de estudantes (as regionais Sudeste, Sul e Nordeste); e a criação de maiores espaços para os movimentos de área, cultura, ensino e assistência estudantil.

O Congresso também deverá garantir a realização do *Quarup* (Encontro Nacional da Juventude, marcado para o verão do ano que vem) e de jornadas de cultura popular com entidades artísticas e culturais. Por fim, o encontro deverá preparar politicamente o movimento para responder aos ataques do governo à Universidade (corte de verbas, privatização) e intervir nos processos de democratização das escolas. (Jackson de Toni, tesoureiro da UNE).

Negros

A questão racial ganha as ruas

Com o centenário da Abolição, a luta anti-racista no Brasil adquiriu este ano um novo impulso

Roberto Parizotti

As comemorações e protestos que marcaram os cem anos da Lei Áurea desmantelaram, de uma vez por todas, o mito da "democracia racial" brasileira, que por décadas dominou os discursos oficiais. A questão negra deu um salto à frente em termos institucionais e organizativos, colocando novas tarefas aos movimentos anti-racistas de todo o país.

Esta foi, em síntese, a avaliação feita pelo 2.º Encontro Nacional "O PT e a Questão Racial", realizado em Vitória (ES) nos dias 26, 27 e 28 de agosto passados. O Encontro contou com a presença de 70 delegados provenientes de 12 estados, e constituiu a Subsecretaria Nacional dos Negros do PT, ligada à Secretaria de Movimentos Populares.

O Encontro também elegeu um Colegiado Executivo, composto de 7 membros, tendo como coordenador Flávio Jorge Rodrigues da Silva, que falou ao BN sobre as idéias da Subsecretaria.

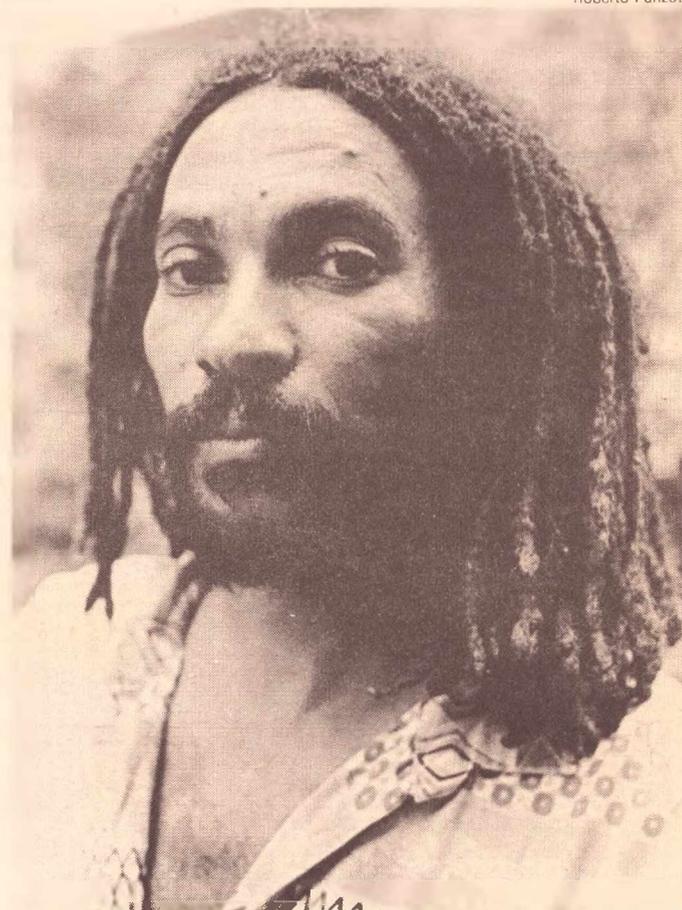
Flávio lembrou, em primeiro lugar, os acontecimentos mais importantes deste ano relativos à questão racial: 1) No plano institucional, destaca-se a criminalização do racismo aprovada pela Constituinte (ver o quadro), representando um avanço sobre a legislação anterior; a atuação oficial voltada para a problemática racial se intensificou com a criação, pelo Ministério da Cultura, do Programa Nacional do Centenário, que se reproduziu nos governos dos estados; a Campanha da Fraternidade deste ano alterou positivamente o discurso da Igreja Católica sobre a questão, marcando uma vitória dos grupos negros católicos; multiplicou-se a realização de congressos e seminários sobre a Abolição nas Universidades. 2) No campo dos movimentos negros autônomos, foram significativas as manifestações de protesto - unificadas nacionalmente - no último 13 de maio, paralelas às comemorações oficiais; em estados como Rio de Janeiro e São

Paulo, milhares de pessoas foram às ruas (no Rio houve até repressão policial); cresceu a organização dos negros nos partidos políticos progressistas e nas entidades populares (o "Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil" mostra a existência de quase 600 associações desse tipo em 20 estados brasileiros).

Além da denúncia

"Estes acontecimentos", afirma Flávio, "revelam que as instituições oficiais assimilaram parcialmente, pelo menos no discurso, tradicionais bandeiras do movimento negro. Isso impõe a tarefa de dar um novo conteúdo às nossas bandeiras: por exemplo, superando o caráter exclusivamente de denúncia das atitudes e passando a elaborar propostas de solução concreta dos problemas específicos dos negros, no sentido de ocupar os espaços conquistados".

Por outro lado, continua Flávio, os movimentos de negros devem diversificar



Flávio: desmascarando o mito da "democracia racial"

sua atuação, multiplicando o relacionamento com os sindicatos, centros estudantis e outras associações civis. "Isso é essencial para rompermos com um certo vício 'internista', ainda presente no movimento, que resiste a uma integração maior com as demais entidades populares e a uma participação política mais geral".

Além disso, as ações de massa verificadas no 13 de maio mostram, segundo Flávio, a capacidade do movimento de estabelecer um diálogo com a população, canalizando sua revolta contra o racismo.

Eleições

O coordenador da Subsecretaria dos Negros destaca também a importância da participação do setor nas próximas eleições. Flávio não soube dizer precisamente quantos candidatos negros a vereador o PT está lançando este ano; mas ga-

rantiu que são "muitos". O número de candidatos negros a prefeito, porém, ainda é considerado pequeno: de memória, lembrou apenas de um, que é candidato pelo PT em São Mateus, no interior do Espírito Santo.

Ainda sobre eleições, o 2.º Encontro Nacional aprovou a participação dos negros petistas no próximo Programa Nacional do PT na televisão e lançou a deputada federal Benedita da Silva como candidata a candidata à Vice-Presidência da República na chapa do Lula.

Quanto às lutas de massa, o Encontro discutiu a participação do PT no **Dia Nacional da Consciência Negra**, marcado para 20 de novembro próximo. "A idéia é organizar, paralelamente às atividades oficiais, manifestações de rua e atividades culturais. Aqui em São Paulo nós estamos preparando, junto com a Igreja, um grande ato na praça da Sé", conclui.

O negro e a Constituinte

"Art. 5.º (inc. XLII) - A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei;

Art. 68 (Disp. Transitorias) - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos." (Texto aprovado no 2.º turno de votação da Assembléia Constituinte).

No dia 3 de dezembro de 1986, entidades negras de todo o país entregaram em audiência pré-

blica, primeiro ao presidente Sarney, depois ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, um documento contendo as reivindicações dos negros em relação à nova Constituição. Os itens propostos abordavam assuntos como direitos e garantias individuais, condições de vida e saúde, educação e cultura, questão da terra e relações internacionais.

Após quase dois anos, parte dessas reivindicações foi assimilada no texto constitucional. Entre elas, a punição do racismo como crime inafiançável, representando um avanço sobre a lei vigente (conhecida como

Lei Afonso Arinos), que enquadrava o racismo apenas como contravenção.

Outras reivindicações, porém, foram recusadas, como a emenda que propunha o corte de relações diplomáticas com países que mantêm formas de racismo explícito.

De qualquer forma, a nova Constituição ainda está longe de enfrentar os problemas mais históricos dos negros brasileiros, tais como sua posição no mercado de trabalho e a maior dificuldade de acesso à educação e cultura, e que continuarão a pautar suas lutas.

Internacional

A 'glasnost' e seus obstáculos

As reformas de Gorbachev ainda não atingiram o homem comum soviético

Em recente viagem à URSS, o jornalista Paulo Roberto Ribeiro, secretário-geral da Fenaj, visitou diversos jornais, revistas e entrevistou populares. Paulo deu ao BN um depoimento sobre os contatos que manteve naquele país e as dificuldades que o processo de reformas dirigidas por Gorbachev vem enfrentando. Eis o seu relato:

"A história do maior país do mundo — a URSS é três vezes a superfície do Brasil — passa pela constatação de que ali o processo revolucionário aconteceu com a queda da monarquia e de um breve período da atividade do parlamento burguês (portanto sem o desenvolvimento do capitalismo clássico). Lá, a construção do novo regime conviveu, nos primeiros anos com invasões de países hostis.

Mais tarde, foi a 2.ª Guerra Mundial (no final a União Soviética perdeu 20 milhões de pessoas) e a instalação da "guerra fria", quando os Estados Unidos e seus aliados procuraram estabelecer um cerco ao desenvolvimento dos países do bloco socialista e conter a influência destes junto a outras nações, especialmente no Terceiro Mundo.

Resistências

Naturalmente, essas adversidades contribuíram para o enclausuramento da criatividade do socialismo. A "pátria guia", como foi conhecida pela militância da esquerda entre as décadas de 30 e 50, alcançou vitórias no campo econômico e tecno-científico, mas também criou um modelo extremamente centralizador, onde o governo, suas empresas, os sindicatos e o Partido se confundem, até hoje, em suas atribuições e, mais que isso, operou distorções políticas sérias contra a democracia socialista. Desse modo, seja com o uso da força ou com uma legislação burocrata, bloqueou-se a discussão de temas que buscavam contribuir para corrigir equívocos e abusos do processo revolucionário.

A "perestroika" (reestruturação) e a "glasnost" (transparência) procuram organizar a URSS para uma nova etapa do socialismo, que atenda às necessidades e aspirações reais de seu povo. Como explicar, para os 280 milhões de habitantes, que seu país pode levar o homem ao espaço e montar uma estação orbital, mas não tem condições de industrializar aparelhos de som bem acabados, roupas de qualidade, só para ficar em exemplos mais fáceis? Fazer acreditar que muitos fatos da história de seu país não aconteceram como foram apresentados por seus líderes — pois foi por confiar nelas que muitos emprestaram suas vidas —, como

para atender à demanda que as empresas estatais não conseguem suprir, provocando o que nunca existiu na URSS: a concorrência.

Ao participar de entrevistas e contatos com direção de diversos jornais, revistas e organizações de profissionais da imprensa, na recente viagem que fiz à URSS, pude observar que todos têm um discurso favorável às mudanças, mas também é fácil perceber que muitos desses apoios são apenas citações mal decoradas, que não se sustentam diante de indagações sobre o verdadeiro conteúdo das alterações na sociedade.

Democratizar é preciso, esse é o mote principal. Esse anseio, tantos anos reprimi-

do, explica a existência hoje de milhares de organizações "informais", pequenos núcleos de trabalhadores, estudantes, intelectuais, que desenvolvem canais próprios de comunicação, à margem e de forma subterrânea ao oficialismo. A própria 19.ª Conferência Nacional do PCUS, em julho passado, provocou uma discussão inédita mas que reflete essa realidade, como a oportunidade de organizar outros partidos (destruindo o mito do partido único) ou a regulamentação de blocos ou tendências dentro do PCUS. Além disso, o governo incentiva a criação de cooperativas (empresas privadas) em todos os setores econômicos

Sair do discurso

Na União Soviética ninguém se apresenta contra o socialismo, mas enquanto uns lutam para democratizar a sociedade, realizar reformas econômicas radicais, outros insistem ainda no caminho fácil da acomodação e do conformismo burocrático, negando cotidianamente o legado da revolução russa.

Depois de tantos anos de embrutecimento e estagnação, é necessário não só



mais recentemente no Afeganistão?

São essas questões que Mikhail Gorbachev e seus camaradas procuram responder. Mas há sérios problemas para o seu bom resultado, não só porque há resistências na máquina do aparelho do Estado ou do PCUS, mas porque esse processo de mudanças implicaria que elas fossem acompanhadas pela base da sociedade, pelo homem comum soviético. A "perestroika" e a "glasnost" são movimentos, ainda hoje, sem o apoio popular necessário, à sua sobrevivência, em boa parte porque fazem parte ainda das decisões da cúpula dirigente. O homem soviético espera por mudan-

do, explica a existência hoje de milhares de organizações "informais", pequenos núcleos de trabalhadores, estudantes, intelectuais, que desenvolvem canais próprios de comunicação, à margem e de forma subterrânea ao oficialismo. A própria 19.ª Conferência Nacional do PCUS, em julho passado, provocou uma discussão inédita mas que reflete essa realidade, como a oportunidade de organizar outros partidos (destruindo o mito do partido único) ou a regulamentação de blocos ou tendências dentro do PCUS. Além disso, o governo incentiva a criação de cooperativas (empresas privadas) em todos os setores econômicos

apenas apontar os problemas e realizar discursos sobre eles. É também tarefa revolucionária apontar soluções criativas aos problemas.

Na União Soviética que visitei ouvi muitas pessoas reclamarem que até agora a "perestroika" e "glasnost" não se afastaram do discurso. Há outros tantos que acreditam que as mudanças estão acontecendo gradualmente, seguindo um ritmo que evitará confrontos abertos com a burocracia do Estado e do Partido. Quem não concorda com esse processo está hoje na defensiva, apostando na lentidão e na pouca eficácia das respostas da política de Gorbachev e de seus camaradas."

Informes

Livro cubano

Roberto Fernández Retamar, poeta e ensaísta cubano, veio para a Bienal do Livro, em São Paulo, para o lançamento de seu livro **Calibán e outros ensaios**, editado pela Busca Vida. Presidente da Casa das Américas, Retamar encontrou-se em São Paulo, com dirigentes e intelectuais do PT, quando participou de uma recepção promovida pela Secretaria de Relações Internacionais do Partido; e com a Associação José Martí. No Rio de Janeiro teve a oportunidade de se encontrar com Chico Buarque, Tom Jobim, Luís Carlos Prestes, Antônio Cândido e outras personalidades.

•••••

Solidariedade

Promovido por entidades e grupos de solidariedade, aconteceu nos dias 30 de setembro, 1 e 2 de outubro, em Recife, o VII Encontro Nacional de Solidariedade. Participaram representantes de todos os comitês e entidades, do Brasil inteiro, que desenvolvem atividades relacionadas com a solidariedade internacionalista. Esse encontro pretendeu avançar no intercâmbio e a integração do movimento de solidariedade no Brasil, bem como discutir e preparar atividades conjuntas para o próximo ano. Por exemplo, a brigada de colheita de café para a Nicarágua. Maiores informações com Arnóbio Paiva, no telefone (081) 268-1458.

Cultura

Gabriela, a eletrônica

Surge uma nova opção cultural na região do ABC, em São Paulo



Roberto Parizotti

A turma da Gabriela agita o 3.º Concut

*Lá vem a Gabriela
Passando pela rua
TV comunitária no ar
Você pode atuar
Gabriela é,
Qual é que é a dela?
Hummm...
Gabriela eletrônica
TV no ar*

Ao som desse *jingle*, um ônibus reformado - dotado de equipamento de som, monitores de vídeo e palco - percorre desde junho passado os bairros de Santo André (na região do ABC paulista) convocando a população a participar das atividades culturais organizadas por seus condutores, sempre aos domingos.

Esse ônibus - batizado de *Gabriela Eletrônica* - é literalmente o carro-chefe de um projeto cultural bancado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do ABC (filiação à CUT) desde o ano passado. O responsável pelo projeto, Mário Galuzzi (Marinho), explica como surgiu a proposta:

"Em 1986 eu fui contratado pelo Sindicato dos Rodoviários para fazer um trabalho de vídeo. Na época, elaboramos uma proposta de *TV comunitária* que re-

sultou na compra de um ônibus no ano seguinte, ao preço de 550 mil cruzados em valores de início de 87. Passamos o ano todo reformando o ônibus e instalando som e vídeo". Hoje a *Gabriela Eletrônica* está equipada com um som de 2 mil watts de potência (mesa para 12 canais e 8 microfones), vídeo para gravação e exibição (com 6 monitores - 3 em cada lateral do ônibus -, 2 gravadores e 1 câmara), além do palco em cima do veículo e alguns instrumentos musicais (sanfona, viola e atabaque). Mário acredita que toda a *Gabriela Eletrônica* esteja valendo atualmente entre 15 e 20 milhões de cruzados.

Ônibus equipado, Marinho começou a organizar, junto com alguns amigos, o programa "TV no Ar (Domingo no bairro)" que desde junho se baseia na apresentação de performances teatrais (reproduzidos simultaneamente no vídeo), fitas de vídeo de produtores independentes (como é o caso do *TV Viva*, de Recife) e shows de grupos dos bairros que percorrem. "Só com esse programa, nossa agenda está lotada até novembro", informa o produtor.

Assim mesmo sobra um tempinho - diz Mario - para ajudar na campanha do Celso Daniel (candidato a prefeito pelo PT em Santo André). Nos fins-de-semana, a *Gabriela Eletrônica* pode ser vista acompanhando os mutirões de agitação do PT nos bairros.

No Concut

A criatividade e a irreverência dos programas montados na *Gabriela Eletrônica* fizeram com que os organizadores do 3.º Concut (Congresso Nacional da CUT - ver matéria nas págs. 10, 11 e 12) convidassem o grupo para serem os "dinamizadores culturais" do encontro, além de prestadores de serviços (informações gerais, achados e perdidos etc).

Assim, nos intervalos do Congresso, foram apresentados shows e performances teatrais que fizeram muito sucesso entre os delegados, principalmente os montados em cima dos temas debatidos no evento. Dois integrantes do grupo, por exemplo, chegaram a se vestir de "filhas do Sarney" para cantar a seguinte musiquinha:

*As filhas do Sir Ney
Piui, piui...
Nós somos lindas de norte a sul*

*Meu papai do Maranhão
É presidente sem eleição*

"O sucesso da *Gabriela* no 3.º Concut não foi político, mas emocional", opina Marinho. "Ao tirarmos, 'sarro' das acirradas discussões entre os delegados, nós contribuimos para uma maior confraternização. A *Gabriela* foi um momento de unidade do Congresso".

Linguagem popular

Marinho (que se formou em Arquitetura em 1980) se recusa a fazer maiores teorizações sobre os objetivos de seu trabalho. "Teve gente

no Concut que veio perguntar se éramos anarquistas. Mas nós não aceitamos nenhum rótulo".

Em termos culturais, Marinho diz que o grupo tem-se norteado pela busca de uma linguagem para uma TV comunitária, alternativa. "Eu acho que a *Gabriela* é um trabalho de experimentação no campo da tal 'linguagem popular,' conclui.

Quem quiser saber mais sobre o grupo, aqui vai o endereço de contato:

Marinho ou Cachoeira
Rua Xavier de Toledo, 448
CEP 09010 - Santo André - SP
fone: 454-7988 (sindicato);
412-4278 (res.)

Cultura no PT

O Diretório Nacional, acolhendo a proposta da base do partido, criou uma nova secretaria: a Secretaria Nacional da Cultura (SNC). Segundo seu secretário, Luis Soares Dulci, seu objetivo é unificar os esforços até aqui realizados (oficinas de criação, comissões estaduais e locais etc) e elaborar uma autêntica Política de Cultura para o PT.

"A missão proposta à Secretaria não é só de organizar os artistas filiados ao PT. Tampouco se resume a engajar na militância petista os chamados trabalhadores da cultura, embora isto já seja muito valioso. A meta é maior e mais abrangente. Vai muito além da atividade artística propriamente dita. Trata-se de promover, de maneira coletiva e organizada, a intervenção do conjunto do partido na luta pela democratização cultural da sociedade. Democratização, no caso, entendida como afirmação de valores novos, de novas

formas de trabalho e convivência social, que engloba mas transcende a produção artística em sentido estrito."

Dulci conclui. "Trata-se de contribuir, com uma ação partidária específica, para o avanço da luta dos trabalhadores no rumo de sua hegemonia político-cultural na sociedade brasileira".

A Secretaria está formada, agora resta constituir de fato a equipe nacional da Secretaria e articular uma rede de contatos nos estados e municípios que viabilize a elaboração coletiva e a luta cultural do partido. Todos os companheiros interessados, artistas ou não, podem e devem participar desta iniciativa.

Somos todos produtores de cultura! Quem quiser que se manifeste escrevendo para a sede do PT/MG, onde a SNC terá sua base física: rua Tupinambás, 159, Centro, Belo Horizonte - MG - CEP 30000.

Organização

São Bernardo tem sede própria



Fernando Rodrigues

Um mutirão de petistas durante a construção do prédio

Roberto Parizotti

O empenho dos militantes petistas da cidade para construir o prédio do Diretório Municipal local

O Diretório Municipal do PT de São Bernardo do Campo (SP) já está em plena atividade em sua nova sede, melhor dizendo, em sua sede própria. Ali também está instalado o comitê eleitoral dos candidatos a prefeito e a vice, Dr. Maurício Soares e Djalma Bom.

Berço do partido, o Diretório de São Bernardo é o primeiro a construir sua própria sede. A iniciativa não teria vingado não fosse o empenho dos militantes que trabalharam na campanha de arrecadação de fundos para a compra do terreno e material de construção. Isso sem contar que ninguém escapou de "pôr

as mãos na massa" nos mutirões de construção.

Tudo começou depois das eleições de 1982, quando a nova direção municipal eleita incluiu na sua plataforma a construção de uma sede própria para o partido. Em junho de 1983 foi criada a Comissão Pró-Construção da Sede Própria, da qual faziam parte os companheiros Roberto



A sede hoje

Roberto Parizotti



O projeto da sede

Núcleo segue o exemplo

Roberto Parizotti



O núcleo do Jardim Ipê

A exemplo do Diretório Municipal, o núcleo do Jardim Ipê, bairro operário da periferia de São Bernardo, também comprou um terreno para construir sua sede. "O terreno era de um amigo e nós pagávamos aluguel",

Conta Bitu (Raimundo Nonato), membro do núcleo e candidato a vereador. "Quando ele precisou vender o terreno, eu propus aos companheiros do núcleo que nós comprássemos. Eu e a companheira Tereza demos mil

cruzeiros cada um. O Dr. Maurício emprestou quinhentos e o pessoal do núcleo (16 pessoas) se comprometeu a contribuir, mensalmente, com dez cruzeiros pelo período de um ano. Todos cumpriam o combinado e o terreno agora é nosso", diz ele.

Ao final de um ano, os membros do núcleo passaram a contribuir com quinze cruzeiros mas não foi suficiente para iniciar a obra. "Fizemos um baraco para quebrar o galho. Mas, após as eleições, vencendo ou não, pretendemos iniciar a construção de nossa sede. Faremos em baixo um salão para nossas atividades e em cima uma casinha para um companheiro nosso que não tem moradia. Ele fica morando ali e cuida da sede", conclui Bitu.

Teixeira, José Gomes, Elvira e Maria Helena. "Foi nessa época que nos empenhamos na "venda" dos metros de terreno", conta José Gomes, coordenador da campanha, hoje candidato a vereador.

Na verdade, o terreno de 540 metros quadrados - que se localiza bem próximo ao Paço Municipal de São Bernardo - foi financiado. O financiamento, assumido por dois dos membros da Comissão, foi pago em apenas 4 meses. Superando as expectativas, os militantes conseguiram pôr em caixa, nesse período, o suficiente para pagar o terreno e os juros do financiamento: 18.030 mil cruzeiros, arrecadados com a venda simbólica de 601 metros quadrados de terreno.

"Todo o partido se empenhou, lembra Gomes. "Mesmo tendo as cotas a um preço relativamente alto (trinta mil cruzeiros), não foi difícil vender os 601 metros pois os companheiros

de fábrica que não podiam comprar o metro sozinhos se cotizavam com outros seis ou oito para comprar".

Na relação de colaboradores, que Gomes arquiva cuidadosamente, estão os nomes de vários companheiros que continuam militando e mais algumas curiosidades como o deputado peemedebista Fernando Leça e alguns membros da família Demarchi.

A construção

A campanha de construção, semelhante à da compra do terreno, consistia em conseguir a doação de material de construção - "doe um saco de cimento" - ou seu equivalente em dinheiro.

Em abril de 1984, uma plenária deliberou o início da obra e a contratação de um pedreiro e dois ajudantes. "Quando chegava a hora de fazer a concretagem das lajes, a Comissão chamava o pessoal para o mutirão", conta Gomes.

A planta, doada pelo arquiteto Dalmiro Lorezoni, tem três pavimentos: subsolo, térreo e superior. Os dois primeiros estão concluídos. Esta obra durou pouco mais de dois anos pois entre uma campanha eleitoral e outra foi necessário parar. "Paramos duas vezes: primeiro na campanha de 1985, na eleição de prefeitos das capitais, e depois em 1986 na eleição de deputados, senadores e governadores. Agora, estamos novamente em campanha, mas depois de 15 de novembro a obra deve continuar", explica Gomes.

Os dois primeiros andares já consumiram 1.600 sacos de cimento, 13.200 blocos, 1.400 metros de tábuas, 18 toneladas de ferro, 203 quilos de pregos e muito mais. Gomes afirma que não saberia calcular o valor dessa obra a preços de hoje, mas arrisca um palpite no preço da sede: "uns 120 milhões de cruzados".



Barraca de vendas das publicações do PT

Imprensa

Diretórios avaliam o BN

Veja os resultados parciais de uma pesquisa sobre as publicações do PT junto aos Diretórios municipais

O Departamento de Circulação do PT - responsável pela divulgação e distribuição das publicações *Boletim Nacional do PT*, revista *Teoria & Debate* e *Jornal do PT* (jornal do Diretório Regional de São Paulo) - está realizando uma pesquisa junto a todos os diretórios do partido no país para conhecer um pouco melhor a opinião dos leitores do *Boletim Nacional* sobre o jornal.

Os questionários foram distribuídos no início de julho, pouco antes da greve dos correios, o que tem atrasado um pouco o seu retorno. Os resultados que aqui apresentamos referem-se a 145 questionários recebidos até o fechamento desta edição, o que corresponde a aproximadamente 7% do total.

São amostras da opinião de leitores de 19 estados, sendo que a maior parte das respostas são de municípios baianos, mineiros e paulistas.

Para melhor avaliar os resultados, dividimos respostas semelhantes em cinco grupos (veja a tabela): no primeiro grupo classificamos os que fazem uma avaliação positiva do jornal (sem ressalvas); no segundo estão os que avaliam positivamente o jornal com uma ressalva: a falta de regularidade no recebimento da publicação; em terceiro temos os diretórios que afirmam que poucos ou ninguém conhece o BN. Neste grupo inserimos ainda as respostas "não recebemos" e "pouco divulgado"; o quarto grupo reúne os sem opinião formada e as respostas em branco; finalmente, no quinto encontramos as avaliações pouco positivas: fraco, regular e razoável.

Analisando esta primeira etapa da pesquisa podemos perceber que a maioria avaliou o BN positivamente: 41,3%. Foi apontado como o maior problema o atraso do jornal, que provoca uma deficiência na sua divulgação: o grupo dos que "não recebem/não conhecem" representa 31,7% das respostas. Somando este último ao grupo dos que afirmam que os atrasos causam grande prejuízo na divulgação, chegamos a 42% do total. (Os problemas de atraso só foram resolvidos recentemente, com a formação da equipe de distribuição).

Opiniões

Entre as críticas destacam-se as respostas do Diretório Municipal de Esplanada (BA): "O *Boletim* deve evitar matérias longas, dar preferência às matérias informativas, reservando os textos que fomentem debate para a revista *Teoria & Debate*". O Diretório de Nosso Senhor do Bonfim (BA) faz outra crítica: "...as matérias do BN são muito voltadas para o sul, falta maior contato com o nordeste".

Os assinantes de Ibicui (BA) consideram o jornal muito bom: "ficamos informados sobre as posições do partido".

Os Diretórios de Carmo do Paranaíba, Bocaiúva e Martins Soares, todos de Minas, concordam em que o BN é um importante veículo de comunicação e que contribui muito para a formação política e construção do PT.

A equipe do *Boletim Nacional* considera valiosas todas estas respostas e continua aguardando o retorno dos questionários para dar continuidade à pesquisa nas próximas edições.

	Avaliações	N.º de respostas	%
GRUPO 1	Consideram o <i>Boletim Nacional</i> um veículo importante. Que cumpre seu objetivo. Textos de boa qualidade. Contribui para a formação política dos militantes	60	41,37
GRUPO 2	Consideram o jornal bom mas com uma ressalva: o atraso no recebimento faz com que suas matérias caduquem e prejudique a divulgação para novos assinantes	15	10,34
GRUPO 3	O jornal não é conhecido. O Jornal é pouco conhecido. Não recebemos. Pouco divulgado	46	31,73
GRUPO 4	Em branco. Sem opinião formada. Não conhecemos a opinião dos leitores e assinantes	19	13,11
GRUPO 5	Avaliações pouco positivas. Fraco. Regular. Razoável	05	3,45

Lançamentos

O caráter do PT, debatido por Francisco Weffort, Wladimir Pomar e Tarso Genro, e mais Frei Betto, Eder Sader (por Marco Aurélio Garcia), Olivio Dutra, Hamilton (Pedro Tierra) Pereira, Vitor Buaiz, e muito, muito mais, na edição n.º 4 da revista *Teoria & Debate*.

Os pedidos podem ser feitos através dos diretórios do PT ou diretamente ao Departamento de Circulação do PT (Av. 11 de Junho, 260 - São Paulo - SP - cep 04041).

* Quem fizer a assinatura da revista durante o mês de outubro poderá receber a edição n.º 4. Basta preencher e enviar o cupom à página 18. *



Agendas do PT 89

Diretórios interessados em comprar quantidades maiores de Agendas do PT (89) podem enviar seus pedidos ao Departamento de Circulação do PT (Av. 11 de Junho, 260 - São Paulo - SP - CEP 04041). O envio será super-rápido.



Cartas

Carta de um ex-carteiro

Chico Albuquerque, carteiro, militante do PT. Ele foi demitido durante a greve do Correio e escreveu esta carta. Fez cópias e distribuiu a seus companheiros para agradecer a solidariedade prestada e para mostrar que não podemos desanimar na luta por nossos direitos.

"Companheiros, onde eu estiver, levarei comigo o exemplo de nossa luta no Correio. Mantivemos uma greve durante trinta dias por salários dignos. Junto de vocês ganhei maior consciência de classe.

Assim como eu, muitos outros companheiros foram demitidos. Foi o preço a pagar por nossa luta organizada. Durante dez anos fui funcionário do Correio, lutando para manter minha família, com o salário oferecido pela empresa. De um lado, suportando o peso das correspondências nas costas e de outro lado o peso da responsabilidade de levar avante a bandeira das Comunicações. São heranças destes anos, uma eterna dor de coluna, veias obstruídas e a minha condição de favelado.

Companheiros, apesar de tudo eu sou feliz. Tenho orgulho de ter lutado ao lado de uma categoria que não se omitiu. Tudo que conseguimos foi fruto de nossa união e mobilização. A lição que se pode tirar é que quando se luta por uma causa justa, só se tem a ganhar.

A luta continua. As eleições municipais que vêm aí poderão significar uma grande vitória para a classe trabalhadora se conseguirmos eleger o Partido dos Trabalhadores. Para nós, trabalhadores, votar no PT é dizer não ao governo arcaico da "Nova República" e seus aliados que aí estão. É dizer não aos políticos oportunistas que só querem iludir nosso povo".

Francisco Albuquerque/SP

Réplica

O artigo do meu bom amigo Horácio Martins de Carvalho, "Tática Reformista, Estratégia Revolucionária" (BN n.º 38), poderia ser sintetizado em uma única frase: tudo é válido, desde que esteja coerente com a estratégia global. Sem dúvida, isso é indiscutível. Porém qual é essa estratégia?

O artigo não esclarece. Ninguém no PT, até hoje, esclareceu - ao menos oficialmente. Talvez, se houver, seja segredo (concordo que seja desde que realmente exista). Mas é fundamental que seja traçada e definida uma estratégia.

Sua inexistência ou indefinição tem levado o PT a assumir posturas e posicionamentos constrangedores, senão estúpidos. Vale aqui lembrar alguns exemplos dessa incoerência. Posicionamo-nos contra as comissões de fábrica, por haverem sido instituídas pelos patrões; hoje as defendemos. Fomos contra o congelamento de preços; hoje, no último BN, o estamos defendendo. Fomos defensores do reajuste trimestral para os salários (quando já deveríamos estar defendendo o reajuste mensal pela variação das OTN's) e fomos contra o reajuste mensal, instituído pelo governo, pelas URPs... que hoje defendemos.

Enfim, os exemplos são muitos. Estamos, assim, caminhando atrás dos fatos, quando deveríamos estar adiante deles. Isto é imperdoável para um partido que se pretende progressista e revolucionário. Houvesse uma estratégia definida, a situação seria outra.

Sei perfeitamente que não é fácil formulá-la. A iniciativa do BN em abrir espaço na seção Tendências e Debates é um importante passo em sua formulação.

Qual seria, ou deve ser essa estratégia?

Não tenho a menor pretensão em dar uma resposta pronta e achada à pergunta, mas retorno ao próprio título da matéria publicada do companheiro Horácio: tática reformista, estratégia revolucionária.

Já que reconhecemos o PT como Partido, isto é, oficializamos nossa luta, devemos atuar dentro do possível - oficialmente (...)

Estas e outras tantas questões devem ser encaradas de frente e não com subterfúgios teóricos, complexificações acadêmicas, teorizações livrescas etc.

Nosso objetivo é o poder. Poder que deverá expressar e praticar com eficácia os anseios do povo. Porém, uma vez atingido o poder, como faremos para exercitá-lo? Afinal, temos que pensar em o que fazer com o poder, e não apenas em consegui-lo. Não podemos correr o risco do fiasco (como, aliás, já ocorreu em Fortaleza e em Osasco) (...)

Perguntemos ainda, a política (tática?) de alianças eleitorais é válida? De que vale obter governos executivos sem o efetivo poder? Ficarmos administrando a crise da burguesia? Melhor não seria nos engalfinharmos pelos cargos legislativos?

É, companheiros, a questão estratégica é fundamental. Sem ela devidamente definida, tudo é frágil e inconsequente. Vamos enfrentá-la de frente, sem perfumaria teórica, ou melhor, sem teoricismos fúteis.

Ademar C/ Sanfelice
Curitiba

Eco musical

Nós petistas sempre nos orgulhamos de que o PT surgiu das classes trabalhadoras e não por criação de meia dúzia de intelectuais.

Em outras palavras, o PT nasceu com "cheiro de povo". Contudo, gostaria de manifestar minha preocupação justamente com o jeito de ser do povo na maioria de nossos encontros municipais, estaduais e nacionais (sem falar nas reuniões de diretórios).

O povo brasileiro, principalmente as classes populares, vivenciam uma série de valores: a música, a dança etc. Em contraste, o que vemos nos nossos encontros? Uma verbalização exagerada, pessoas sisudas (...)

Será que a falta de uma dinâmica que leve em conta a cultura popular não tem a ver com a dificuldade que o PT tem de incorporar massas mais amplas na sua militância, apesar da grande simpatia que desperta no povo em geral e da coerência de suas posições?

Espero que minhas inquietações encontrem eco entre os companheiros e que se abra o debate. Para concluir dou uma sugestão concreta: que o Diretório Nacional promova um concurso de música para se escolher um hino oficial do PT. Espero que essa idéia se concretize logo.

Ricardo Galletta/Campinas

Incompetência

O recente despejo dos índios kaiowá da reserva indígena Jaguapiré, no município de Tacuru (MS), vem mais uma vez desnudar grande farsa que representa o atual aparato jurídico da Fundação Nacional do Índio.

A incompetência destes senhores chega ao ponto do órgão tutelar dos índios atestar que a área é indígena, habitada pelo grupo há mais de 80 anos e, ao mesmo tempo, assistir pacífica e coniventemente ao despejo dos índios, declarando à Imprensa que não sabe a quem recorrer no caso.

Os descalabros ocorridos durante o despejo que mobilizou cerca de 200 homens fortemente armados com metralhadoras, fuzis, revólveres e cassetetes para re-

RECEBA AS PUBLICAÇÕES DO PT

Agora está mais simples: com apenas uma carta você pode receber as publicações em sua casa, regularmente, economizando tempo e dinheiro. Escolha quais lhe interessam, calcule o valor total das assinaturas, e envie cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, juntamente com este cupom preenchido, para:

Departamento de Circulação do PT
Av. 11 de Junho, 260
São Paulo - SP
04041

Não tem cheque?

**Procure o seu diretório e faça as assinaturas.
NÃO MANDE VALE POSTAL**

- () Jornal do PT - 12 edições - Cz\$ 1.600,00
() Revista Teoria & Debate - 4 edições - Cz\$ 2.000,00
() Boletim Nacional - 12 edições - Cz\$ 1.300,00

Nome:

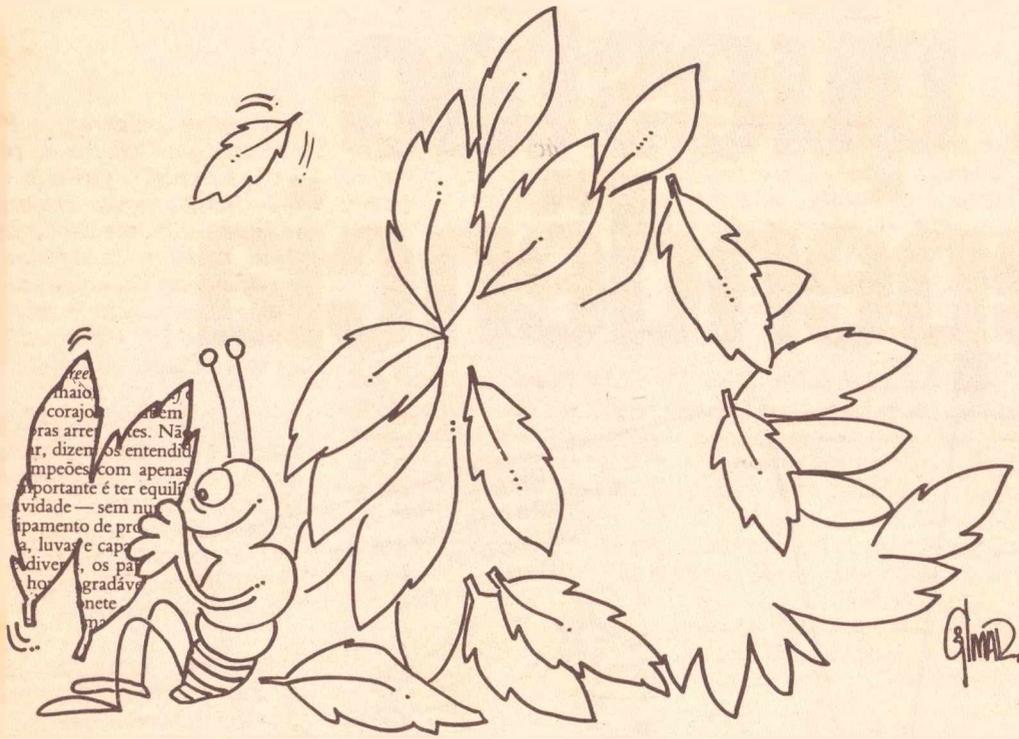
End.:

Cidade: Estado:

Cep: Profissão: Idade:

Telefone: Filiado ao PT?





mover 30 famílias indígenas, chegou às raias do cinismo: enquanto os policiais chegavam em 5 ônibus e 6 camburões e agiam no despejo, o evento era comemorado pelo fazendeiro Fuentes Romero, juntamente com alguns policiais e o administrador da FUNAI de Amambá, com uma grande churrascada.

A prática de devolver à Justiça comum os processos encaminhados à Justiça Federal, alegando incompetência desta para julgar casos dessa natureza, é muito conhecida. Uma vez na Justiça comum, mais facilmente o processo - e a decisão do juiz - estará sujeito às pressões da oligarquia rural deste estado.

A credibilidade do órgão tutor está em baixa. Ou se busca efetivamente ter domínio e ciência, em tempo hábil, sobre processos já encaminhados à Justiça, ou a FUNAI que se demita e entregue logo o que sobra das terras indígenas ao latifúndio e ao sair não se desculpe por não ter cumprido com sua obrigação.

Carlos Alberto S. Dutra
membro da ANAI - RS

Observações

Considerando que este Boletim (n.ºs 37 e 38) tem dado cobertura ao Seminário "Brasil Século XXI"

promovido pela UNICAMP, com os articulistas se posicionando criticamente, julgo oportuno fazer uma observação acerca da própria organização do evento, trazendo a público comentários que circulam na comunidade universitária: o seminário foi organizado pela Reitoria sem a participação da unidade (faculdades e institutos) da universidade, isto é, "de cima"; a coordenação dos debates ficou, então, a cargo de "amigos" do reitor; o acesso ao plenário é restrito a "convidados"; o questionamento ao seminário e à forma como foi organizado é tanto maior quando se constata o volume da verba pública nele investida. Lembrando que a questão da democracia permeia estas exposições, fica uma pergunta: como alguns intelectuais (os da Reitoria) querem discutir a democracia no país (e com estrangeiros), se desconhecem regras democráti-

cas de condução da vida acadêmica?

Regina Weber - Campinas

Elogios

O Boletim Nacional do PT é um instrumento altamente revolucionário pelos temas que são apresentados. Todos nós, jovens, trabalhadores, operários, servidores públicos etc., temos sede de ler algo que nos deixe bem informados e faça com que desperte o espírito de luta que existe dentro de cada um. O Boletim apresenta objetividade, clareza e, o que é mais importante, deixa a pessoa preparada para enfrentar qualquer debate sobre a realidade em que vive hoje.

Parabéns para a equipe responsável pela publicação do BN.

Cícero Bezerra
da Silva - Bahia



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP - fone: 575-2299.

Coordenador de Imprensa: Rui Falcão

Editor: Cícero Araújo

Repórter: Marisa Lourenço

Colaboradores: Paulo Davidoff Cruz, Paulo Roberto Ribeiro, Paulo de Tarso Venceslau, Pedro Dallari, Valter Pomar.

Charges: Gilmar

Diagramação:
Eliana Vasconcelos da Silva
João Francisco Esval

Tiragem: 20 mil exemplares

Comp., Mont., Fotel. e Impr.: DCI - Indústria Gráfica & Editora S.A.

Circulação: Nadir Azibeiro
Impresso em 29/09/88

"PODER LOCAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR"

O Caderno de Debates "Poder Local e Participação Popular", com a síntese das discussões ocorridas no Seminário Internacional de Poder Local e Participação Popular, realizado pela Anampos, Fundação Wilson Pinheiro e Instituto Cajamar, em junho deste ano, já está impresso e à venda. Formato tablóide, o novo caderno contém informações básicas sobre a questão da administração e da participação populares, no âmbito municipal, constituindo-se em material indispensável à capacitação dos candidatos a vereador e a prefeito.

1917 * 1987

SOCIALISMO

EM DEBATE

Já está pronto o livro "1917 * 1987: Socialismo em Debate", com o resumo dos cinco dias de debates sobre os 70 anos de experiências de transição socialista, em seminário promovido pelo Instituto Cajamar no final de 1986, reunindo expressivos dirigentes sindicais, estudiosos da história do movimento operário, dirigentes petistas e figuras históricas da luta pelo socialismo no Brasil.

O livro, editado pelo próprio Instituto Cajamar, constitui-se em rico material a respeito das experiências da União Soviética, China, de Cuba e da Nicarágua. Apolônio de Carvalho, Fálvio Abramo, Luís Carlos Prestes, Lula, entre outros, participam também, debatendo a história da luta pelo socialismo no Brasil.

PEDIDOS:

Pedidos: Instituto Cajamar (via Anhanguera, km 46,5 - cep 07750 - São Paulo - SP). Basta mandar cheque nominal ao Instituto Cajamar, e as publicações serão remetidas super-rápido. O livro custa Cz\$ 3.000,00 e o caderno "Poder Local" Cz\$ 200,00, já incluídas as despesas de remessa.

Uma questão de independência



Nova política de finanças

Secretaria Nacional de Finanças do PT